

Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO

Ano XI • Número 84

Reforma
Tributária:

Municípios exigem justiça na distribuição dos impostos

JUSTIÇA
ELEITORAL



Pandemia:

As novas regras para as eleições de 2020



Projeto Piloto:

Abordagem inovadora e responsabilidade dos gestores



**O Detran.SP
agora
é digital
e cabe no
seu celular.**

Os serviços
do Detran.SP estão
no SuperAPP do
Poupatempo Digital.



Agora, o Detran é digital. E os principais serviços passaram para o Poupatempo para facilitar a sua vida. Transferência de veículo, segunda via da habilitação, licenciamento, registro de veículo e muitos outros serviços. É um Detran Digital na mão de cada cidadão.

**O DETRAN.SP AGORA É DIGITAL. USE O QR
CODE E BAIXE AGORA. SE PRECISAR SAIR,
USE MÁSCARA.**

 **detran.sp**
digital


SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
ESTADO DE RESPEITO

PRESIDENTE:

CARLOS ALBERTO CRUZ FILHO

Vice-Prefeito e Vereador de Campinas (1997 / 2000 e 1983 / 1988)

1º Vice-Presidente: Fred Guidoni

Prefeito de Campos do Jordão (2013 / 2016 e 2017 / 2020)

2º Vice-Presidente: Geninho Zuliani

Prefeito e Vereador de Olímpia (2009 / 2016 e 2001 / 2008)

3º Vice-Presidente:

4º Vice-Presidente: Marilene Mariottoni

Vereadora de Mogi-Mirim (1989 / 2008)

SECRETÁRIO GERAL:

ANTONIO CESAR GONTIJO DE ABREU

Vereador de Barretos (1992 / 1996)

1º Secretário: SEBASTIÃO MISIARA

Vereador de Barretos (1972 / 1996)

2º Secretário: DIXON RONAN CARVALHO

Prefeito de Paulínia (2017 / 2020)

3º Secretário: DANIELA DE CÁSSIA SANTOS

Prefeita de Monteiro Lobato (2013 / 2016 e 2017 / 2020)

TESOUREIRO GERAL:

JOÃO EMILIO BUZZO

Prefeito de Mendonça (1989 / 1992 e 1997 / 2000)

1º Tesoureiro: MARCO AURÉLIO GOMES DOS SANTOS

Prefeito de Itanhaém (2013 / 2016 e 2017 / 2020)

2º Tesoureiro: MARCO ANTÔNIO PEREIRA DA ROCHA

Prefeito de Regente Feijó (2000 a 2008/2013 e 2017 / 2020)

3º Tesoureiro: PAULO SERGIO ALVES

Vereador de Vera Cruz (1997 / 2000)

CONSELHO FISCAL

THIAGO DE MORAES FERRARI

Vereador de Campinas (2009 / 2016)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

SIGEFREDO GRISO

Prefeito e Vice-Prefeito de Jaú (1989 / 1992 e 2013 / 2016)

CONSELHO CONSULTIVO

Presidente: WALTER CAVEANHA

Prefeito de Mogi Guaçu (1977/1982; 1989/1992; 1997/2000; 2013/2016 e 2017/2020)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: MIGUEL ANTONIO SILVA PADILHA

Vereador de Campinas (1983/1988)

Secretário: LUIZ SOUTO MADUREIRA

Vice-Prefeito de Tietê (1988/1992)

RELAÇÕES PÚBLICAS

Dalva Christofolletti Paes da Silva

Sumário

05 Editorial

Imprudência e hipocrisia

06 Giro Municipal

08 Matéria de Capa

Municípios exigem distribuição justa na Reforma Tributária

13 Eleições 2020

As novas regras e medidas da Justiça Eleitoral para a votação

16 Jaú

Hospital Amaral Carvalho: vidas cuidando de vidas!

21 Espaço CRA-SP

Abordagem inovadora: a responsabilidade dos Gestores Municipais em tempos de pandemia

26 Empresário comemora sucesso no enfrentamento da pandemia

27 Espaço Feapaes-SP

I Congresso Científico Online reuniu mais de 880 inscritos

28 Espaço IPT

Conforto acústico e poluição sonora pós-Pandemia

30 As metas arrojadas do novo saneamento

31 O Legislativo, o Judiciário e o Executivo

32 Espaço Mulheres em Destaque

33 Municípios Aniversariantes

Julho - Agosto

38 Dia-a-dia

A enseada misteriosa



Imprudência e hipocrisia

A APM participou, liderada pela CNM, da discussão a respeito do calendário eleitoral deste ano junto ao Congresso Nacional e Tribunal Superior Eleitoral, quando defendeu o adiamento das eleições, até que haja uma vacina homologada, ou prorrogação dos atuais mandatos, estabelecendo a coincidência, tudo em nome da segurança do cidadão e dos cuidados com a saúde dos brasileiros ante a grave ameaça do Coronavírus. No sentido contrário, tanto o Parlamento como o Ministro Barroso sustentaram a impossibilidade de prosperar nossa tese, em razão do impedimento constitucional de que, cláusula pétrea, os mandatos se encerram no dia final exato do período ao que foi eleito, sendo absolutamente inconstitucional sua alteração. Essa foi a razão e argumento para a manutenção das eleições neste ano, apenas adiando-se para 15 e 29 de novembro o primeiro e segundo turnos. Pois bem, de forma veemente contestamos a decisão do Congresso Nacional e Tribunal Superior Eleitoral, por entendermos ter sido eivada de IMPRUDÊNCIA E HIPOCRISIA, senão vejamos: Sob o ponto de vista Constitucional, há mesmo a barreira do tempo do mandato,

porém em outros dispositivos de nossa Constituição, está estabelecida a obrigatoriedade do voto, cabendo ao Estado a garantia de SEGURANÇA para o exercício pleno da cidadania e no tocante a SAÚDE, está expresso ser um direito do cidadão e um DEVER do Estado.

Há, portanto, um claro CONFLITO CONSTITUCIONAL onde, de um lado, estabelece a impossibilidade de prorrogação do tempo do mandato, e de outro a impossibilidade de o Estado GARANTIR, diante da agressão da pandemia, SEGURANÇA e condições SANITÁRIAS para o cidadão eleitor.

Diante disso, cabe a pergunta: No CONFLITO CONSTITUCIONAL, qual deve prevalecer: A obrigatoriedade da data do mandato ou a segurança da saúde e da vida do cidadão? (Vale lembrar que está sendo urdido no Congresso, PEC para alterar a Constituição, que permita a reeleição do Presidente do Senado e da Câmara. Isso pode?).

Em nosso entendimento, obviamente, deve prevalecer a SEGURANÇA e SAÚDE dos brasileiros, e em prevalecendo, como foi o caso, a data do mandato, caracteriza uma total IMPRUDÊNCIA do Estado, cabendo também a pergunta: Caso a partir de 10 dias após

“

**A vantagem
dos inteligentes
é que podem fingir
que são imbecis,
enquanto o
contrário é
completamente
impossível**

”

Woody Allen



Carlos Cruz
Presidente da APM

as eleições o índice de infecções e óbitos aumentarem significativamente, quem deverá ser RESPONSABILIZADO, quem vai RESPONDER POR ISSO? Lembramos que as festas populares no país foram todas canceladas neste ano: Festa do Peão em Barretos, Oktoberfest em Blumenau, Fórmula 1 em São Paulo, comemoração de Natal, Corrida de São Silvestre, Réveillon e Carnaval, todos cancelados em razão da ameaça do Coronavírus. Apenas as eleições foram mantidas (justamente quando haverá em um só dia, a maior concentração de pessoas no país). Lembro à todos, que em junho estive na Rússia, na condição de observador internacional do plebiscito lá havido para validar 14 Emendas Constitucionais; e quais foram os cuidados observados para garantir a saúde dos eleitores,

mesmo não sendo obrigatório o voto: costumeiramente em um dia, o processo se estendeu por sete dias, para evitar aglomeração; os idosos e deficientes, a pedido, tiveram seus votos colhidos a domicílio através de agentes, com urnas lacradas, acompanhados de observadores; ao entrarem no colégio, os eleitores pisavam em um tapete esterilizador de seus calçados, suas temperaturas medidas, e sem manuseios, mostravam seus documentos aos mesários que após conferência no computador, entregava a cédula e uma caneta esterilizada, que o eleitor, ao final do voto, levava consigo, saindo por local diferente da entrada. Aqui, o máximo que observamos foi a extensão do horário de votação em uma hora, e num arroubo de HIPOCRISIA, o Ministro Barroso anunciou que, em nome da segurança do eleitor, cancelou a BIOMETRIA, argumentando que não haveria condições nem tempo de esterilizar o aparelho a cada voto registrado, mas não fez menção de cancelar o voto eletrônico nem a esterilização das URNAS, uma vez que o eleitor, para votar, terá que digitar DEZ VEZES, cinco para votar para vereador e apertar o CONFIRMA(6), e para Prefeito três, mais o confirma (4). Resta repetir as sábias palavras de sabedoria popular: “DURMA-SE COM UM BARULHO DESSE”.

REVISTA MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO

JULHO/AGOSTO
2020

EDITOR E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Flávio Lamas

DESIGN GRÁFICO

Ana Paula P. de Moraes

IMPRESSÃO

Lince Gráfica e Editora
www.lincebr.com

Tiragem: 10.000 exemplares

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e
números atrasados:
(11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br

Comentários sobre conteúdo,
sugestões, críticas e release:
imprensa@apaulista.org.br

PUBLICIDADE

CEAME - (11) 3063-5775
ceame@ceame.com.br

Revista Municípios de São Paulo, não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos e matérias assinadas, que expressem apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.



Estamos praticamente no final deste ano complicado de 2020. Faltam apenas três meses para terminar o ano, os mandatos dos atuais prefeitos e vereadores e, além disso, um período complicado para a retomada das atividades pós-pandemia, ainda que as preocupações sejam grandes. Para os gestores públicos, as eleições são o foco principal. Teremos candidatos à reeleição, mas a grande maioria será de mudança de nomes, tanto nas prefeituras como nos legislativos locais. Apesar de todas as complicações, as prefeituras estão trabalhando e levando benefícios aos seus moradores, como vocês verão nestas notícias que selecionamos para esta edição em várias partes do nosso Estado.

Ribeirão Branco

Projeto Guri

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Branco abriu as inscrições para novos alunos do Projeto Guri. O curso de música é para crianças, adolescentes e jovens de até 18 anos. Não é preciso ter conhecimento prévio de música, nem possuir instrumentos ou realizar testes seletivos. As inscrições vão até dia 30 de setembro. A volta às aulas presenciais também terá que ser autorizada pelo poder público de cada uma das cidades. Todas as medidas de segurança estão sendo tomadas.

Cerquillo

Nova Sede

A Prefeitura de Cerquillo inaugurou a nova Sede da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico e Espaço para novos cursos profissionalizantes do Senai. A obra de cerca de 700 metros quadrados, conta com a ampliação do Senai com cursos na área de metal e mecânica e passa a abrigar os seguintes departamentos: Sebrae, Junta Militar, Banco do Povo, Telecentro, Cate, Procon, Senai Cerquillo e 4 Salas de Coworking.

Osasco

Programa Recomeçar

Em parceria com a Faculdade de Tecnologia (FATEC), a Prefeitura de Osasco, lançou mais uma etapa do Programa Recomeçar, que auxilia famílias de baixa renda, visando incentivar a busca de ocupação e a ampliação das oportunidades de reinserção no mercado de trabalho. Entre os cursos estão: Comunicação, Atendimento ao Cliente, Auxiliar de Logística, Auxiliar Administrativo, Portaria, Técnica de Vendas, Empreendedorismo, além de outras oficinas.

Santo André

UPA Infantil

Mais uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Infantil Faixa foram entregues pela Prefeitura de Santo André. A unidade vai prestar assistência 24 horas para pacientes de 0 a 14 anos. A UPA foi entregue dentro dos padrões do programa Qualisaúde e possui uma recepção com três pontos de atendimento, sala de espera com brinquedoteca, três consultórios, além de salas de classificação de risco, medicação, coleta, internação, estabilização e isolamento.

Cardoso

Consórcio de Asfalto

A Prefeitura Municipal de Cardoso, uma das participantes do Consórcio Cindesp, popularmente conhecido como o “Consórcio de Asfalto” foi beneficiada com 5 mil metros quadrados de recapeamento. O recurso será aplicado no bairro Portal dos Grandes Lagos I. Mais uma conquista para o município.

Redenção da Serra

Iluminação Moderna

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura de Redenção da Serra realizou a modernização da iluminação do Centro da Melhor Idade “Prefeito Thomaz Gonçalves Dias”. Os antigos refletores estavam com avarias e consumiam energia em excesso. Os novos 10 refletores adquiridos pela secretaria garantirão uma excelente iluminação, além de economia energética.

Pedregulho

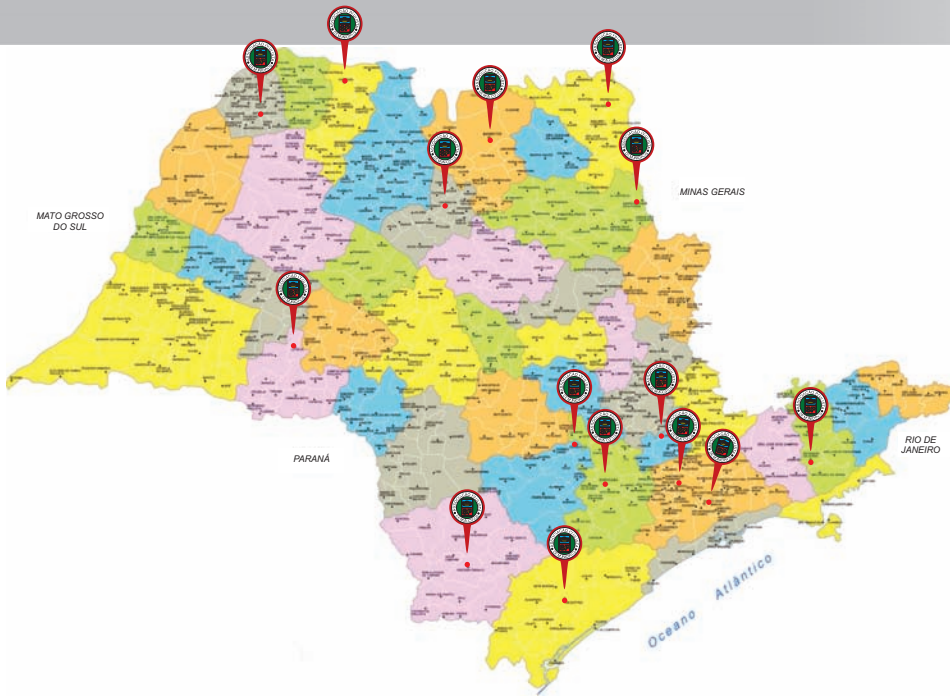
Atendimento ao Turista

A Prefeitura de Pedregulho inaugurou um Posto de Atendimento ao Turista e quiosques no centro da cidade. Mais uma importante conquista apresentada à população. O prefeito Dirceu Polo Filho abriu os trabalhos do prédio que, terá também mais quatro salas que, serão utilizadas como comércios em breve.

Catanduva

Arrecadação de Leite

A solidariedade marcou presença na campanha de arrecadação de leite do Fundo Social de Solidariedade de Catanduva. Foram arrecadados 3.960 litros por empresas e cidadãos, o que está possibilitando significativo auxílio à entidades assistenciais e famílias acompanhadas pelos Centros de Referência de Assistência Social (Cras).



São Francisco

Novas Ambulâncias

A Prefeitura de São Francisco foi contemplada com recursos do Governo do Estado de São Paulo para aquisição de mais duas novas ambulâncias. O prefeito Maurício Honório de Carvalho, em parceria com o deputado estadual Carlão Pignatari, conseguiu para a cidade de São Francisco dois convênios nos valores de 120 e 100 mil reais.

Lutécia

Curso de Capacitação

A Prefeitura de Lutécia, neste mês de agosto, ofereceu aos funcionários da Cozinha Piloto, curso de capacitação em processamento artesanal de pães. Este curso é o resultado de parceria firmada entre a Prefeitura, o Sindicato Patronal de Paraguaçu Paulista - SENAR e a Associação de Produtores Rurais. O objetivo de oferecer estas capacitações aos funcionários é possibilitar que os colaboradores possam adquirir novas características, aprender novas técnicas e aperfeiçoar suas habilidades melhorando a eficiência do seu trabalho e o resultado da equipe.

Sorocaba

Setembro Amarelo

Com o objetivo de conscientizar e alertar a população sobre o suicídio, a campanha Setembro Amarelo, na cidade de Sorocaba, vai oferecer diversas ações por meio dos Centros de Atenção Psicossociais (CAPSs). As unidades ofertarão atividades de conscientização sobre a questão, reforçando as visitas domiciliares para cuidados de pessoas em situação de risco, envio de vídeos produzidos pela equipe técnica e capacitações online.

Louveira

Anel Viário

O município de Louveira iniciou a primeira fase da obra do Anel Viário, que interligará toda a cidade com novas e readequadas vias. O projeto tem o objetivo de desviar o fluxo de veículos pesados e ampliar a oferta de transporte na região, potencializando o desenvolvimento econômico e desafogando o sistema viário central. O anel viário irá favorecer a mobilidade urbana, a segurança do local e fluxo de veículos para tráfegos leve, médio e de grande porte.

Santo Antônio da Alegria

Próteses Dentárias

A Coordenação Odontológica Municipal de Santo Antônio da Alegria retomará os atendimentos neste mês de setembro e pede às pessoas que iniciaram próteses dentárias nas unidades de saúde bucal do município, para procurarem o Centro Odontológico para dar seguimento ao tratamento. Se preferirem liguem: (16) 3668-2097 para agendar.

Registro

Aedes Aegypt

A Prefeitura de Registro, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, através da Diretoria de Vigilância em Saúde anunciou o aumento no número de casos de pessoas que estão infectadas com o Aedes Aegypt. O Agrochá, o Arapongal e o Centro da cidade são os três bairros com mais pessoas infectadas. O apoio de todos é essencial para manter os números estabilizados, por isso é preciso ficar atento e redobrar os cuidados com os quintais e imóveis fechados.

Barretos

Castramóvel

A Prefeitura de Barretos anunciou a retomada das atividades na castração gratuita de cães e gatos, para a população que não consegue pagar uma clínica veterinária por esse serviço. A Unidade Móvel de Castração, chamada de Castramóvel, está instalada na UBS Dr. Lotfallah Miziara. A castração é realizada, após o agendamento, na própria Unidade Móvel. Os animais devem estar em bom estado de saúde para passar pela intervenção e devem ter idade acima de seis meses de vida.

As Prefeituras que quiserem enviar noticiário para esta coluna, favor encaminhar os textos para o e-mail: giromunicipal@apaulista.org.br



Municípios exigem distribuição justa na Reforma Tributária

*Por Flávio Lamas,
com Agência CNM e Agência
da Câmara dos Deputados*

O Brasil poderá finalmente corrigir uma de suas maiores distorções ao definir as novas bases da reforma tributária, em andamento no Congresso, e que estão sendo motivo de amplas discussões. A maior de todas as preocupações: fazer uma reforma que seja mais justa com os municípios na distribuição entre os três entes federativos, já que a concentração de recursos fica nas áreas federais e estaduais, gerando situações complexas, como a transferência de demandas públicas sem o equivalente financeiro para os prefeitos executarem. Na prática, ao longo dos anos os municípios acabaram ficando engessados, com poucas verbas e mui-

tos compromissos, o que os impede de aplicar em demandas necessárias — porém sem recursos orçamentários.

O movimento municipalista sempre denunciou a concentração de receitas, acentuada ao longo do anos. As lideranças municipalistas, capitaneadas pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), mantêm diálogo constante no Congresso, com deputados e senadores para construção de um texto de Reforma Tributária que seja positiva aos Municípios, lutando para desconcentrar receitas, garantir a autonomia local e aumentar os repasses às cidades.

O presidente da CNM, Glademir Aroldi, explica que os Municípios defendem uma reforma que não gere perdas às receitas municipais. "Isso pode exigir a construção de mecanismos como um fundo de

compensação, bem como ajustes na transição", destaca. E acentua que não é apenas o ISS que cabe aos Municípios, mas parte significativa do ICMS, do IPI e de outras contribuições citadas nas propostas em discussão. "Discordamos de propostas fragmentadas, e acreditamos que um imposto sobre bens e serviços, com a participação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de forma paritária no controle, na administração e na fiscalização desse tributo é o caminho mais adequado, trazendo transparência na arrecadação e na distribuição do imposto", afirmou.

O líder municipalista explicou que isso não representa abrir mão de competência em relação ao Imposto sobre Serviços (ISS). "Não estamos abrindo mão do ISS, muito pelo contrário. O debate, o que está

em discussão, não são medidas isoladas, são medidas de aperfeiçoamentos do código tributário brasileiro, é o que tem espaço e força na agenda do Congresso hoje e frente à sociedade. E é para assegurar, preservar e garantir a autonomia financeira dos Municípios, o nosso poder fiscalizatório e de controle sobre as receitas resultado dessa construção, que precisamos colaborar com o debate, reforçando, debatendo e defendendo todos os pontos de interesse dos Municípios brasileiros", disse. Outra premissa apontada é de compartilhamento de todos os impostos e a garantia de aumento da participação dos Municípios no bolo tributário.

Proposta Baleia Rossi

Nas propostas em debate o desafio é consolidá-las, uma tarefa complicada, já que apenas para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019 foram apresentadas 219 emendas. De autoria do deputado Baleia Rossi, a PEC 45/2019 propõe uma Reforma Tributária com a redução de cinco impostos (PIS, IPI, Cofins, ICMS e ISS) para apenas um, o IBS (Imposto Sobre Bens e Serviços).

Segundo o deputado, "a proposta visa fomentar a economia nacional, gerar empregos e renda, principalmente no período de pós-pandemia". O novo modelo que será usado é o Imposto Sobre o Valor Agregado (IVA), adotado com sucesso em diversos países, como Espanha, Alemanha e Portugal.

"A simplificação vai gerar o aumento do nosso PIB. É importante que a Reforma seja justa e melhore a economia brasileira, inclusive gerando mais empregos", afirmou Baleia Rossi. A proposta formada por três pilares - transparência, neutralidade e equidade - tem o apoio dos 27 governadores, incluindo o



Deputado Baleia Rossi

Distrito Federal, e da CNM (Confederação Nacional dos Municípios).

Segundo o deputado, com a PEC 45, não haverá aumento da carga tributária. Além disso, o tempo gasto pelas empresas com tributação será reduzido. Atualmente, em média, no Brasil são gastas com esse processo 1.958 horas, na Bolívia são 1.025 horas e a média mundial é de 206 horas. "Os grandes beneficiados serão os municípios, que vão aumentar a arrecadação com uma base ampla e melhora da economia", disse o deputado à **Revista APM**.

PEC do Senado

Já à PEC 110/2019 foram apresentadas 144 emendas. A simplificação da legislação tributária, a unificação de impostos e a mudança conceitual de recolhimento da origem para o destino são eixos similares identificados nas propostas. Segundo os técnicos da CNM, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) é uma tendência entre os paí-

ses desenvolvidos, e seria importante conseguir trazer o modelo para o Brasil.

Do governo

A discussão da reforma começou com o Projeto de Lei (PL) 3887/2020, do governo, totalmente mudado. Nele e na PEC 45, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), trazido pela PEC 45, está prevista a unificação de impostos, sendo que o CBS - proposto pelo governo - reúne o Programas de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); e o IBS incluiria, além desse dois, mais o Imposto sobre Serviços (ISS), o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

De acordo com a proposta da PEC 110, o IBS federal concentrará o PIS, a Cofins, o salário educação, o Imposto sobre Operações de Cré-



dito, Câmbio e Seguros (IOF) e a Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (Cide); enquanto o IBS estadual e municipal será composto pelo ISS e o ICMS.

Cota parte municipal é preservada nas duas PECs em tramitação, semelhante ao que acontece com o ICMS, mas com critérios diferenciados. Na PEC 45, o critério deixa de ser a valorização da produção, que gera a concentração de receitas. Mas a PEC 110 pode gerar maior impacto por tornar a distribuição pelo consumo e não mais pela população, segundo os técnicos da CNM.

Partilha

O Imposto Seletivo também consta na duas PECs, mas não agrada o movimento municipalista por não ter a previsão de partilha com Estados e Municípios. “Entre as diretrizes defendidas está o compartilhamento de toda receita criada”, alertou a supervisora do Núcleo Econômico da CNM, Thalyta Alves. Ela apresentou ainda alguns outros pontos importantes e as propostas defendidas e apresentadas pela entidade. Como por exemplo: a PEC 45 não define a alíquota e não garante comitê paritário, ou seja, com igualdade de representantes de cada Ente; e a PEC 110 indica 100% do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para Municípios, mas de competência estadual.

O presidente da CNM, Glademir Aroldi, defende a importância de levar aos gestores e à população, os pontos defendidos pelo movimento municipalista e a urgência de simplificar o Sistema Tributário Nacional. Em seminário da entidade, com a participação do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e do ministro da Economia, Paulo Guedes, Aroldi ressaltou: “É por ter a convicção de que o conhe-



Glademir Aroldi, presidente da CNM

cimento empodera, agrega forças, soma esforços e leva ao protagonismo, que ao longo de toda a discussão da Reforma Tributária temos realizado eventos, diálogos e bate-papos, de forma a garantir que nossos Municípios estejam não apenas informados, mas ativos no debate, entendedores dos cenários e das possibilidades”, completou.

Aroldi destacou a complexidade do Sistema Tributário Nacional, que, segundo ele, gera graves distorções econômicas e sociais aos países. “E isso reflete o que somos hoje, um país com a 14ª maior carga tributária do mundo. Nosso país é onde as empresas gastam mais tempo para calcular e pagar impostos – obrigações tributárias principais e obrigações acessórias – chegando a uma média de 1.958 horas por ano só para o pagamento do imposto, ou seja, 244,7 dias, considerando oito horas de trabalho diário. Todo esse cenário nos ajuda a entender a importância da reforma tributária”, alertou.

Para ele, só haverá crescimento econômico se o país simplificar e promover segurança jurídica, criando um ambiente que atraia investidores internacionais e financiamento privado. “Cerca de 85% dos ges-

tores municipais afirmam que a Reforma Tributária é muito importante ou ela é a mais importante para o Brasil e para os Municípios e eu diria até para os brasileiros”.

Nesse sentido, o presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Carlos Cruz, ressalta o alinhamento das entidades. “Estamos juntos com a CNM, somando esforços para que a Reforma Tributária seja ampla e, acima de tudo, justa com os municípios, a quem cabe o dia a dia e as maiores necessidades da população, sem que haja contrapartida na hora de receber o seu quinhão dos impostos, o dinheiro que fará frente às demandas por imposição legal e as que naturalmente são justificáveis pelas características de cada comunidade”.

Cruz lembra um trecho de pronunciamento do presidente Aroldi: “A crise enfrentada pelos Municípios é consequência da grande carga de responsabilidades imposta pelos Estados e pela União, que, ao longo dos últimos anos, transferiram a prestação dos serviços públicos aos Municípios e não transferiram na mesma proporção os recursos necessários para esses novos compromissos. Soma-se ainda a isso as novas demandas exigidas pela população”, lamentou.

Aroldi defende que é preciso assegurar justiça fiscal federativa. “Todo esse debate é uma forma de pôr em prática o discurso de ‘mais Brasil, menos Brasília’ e inverter essa pirâmide, equilibrando essa equação entre ‘encargos x fontes de custeio’ que tanto compromete os Municípios. Os Entes locais têm colocado recursos no setor de saúde, por exemplo, que ultrapassam e muito o mínimo constitucional, enquanto a União e os Estados estão investindo menos, sobrecarregando a gestão municipal”, destacou.



Ministro Guedes: “Quem serve a população são os municípios”

O governo federal reforçou posicionamento em relação à Reforma Tributária durante o seminário A visão municipalista sobre a Reforma Tributária, promovida pela CNM. O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu a importância do federalismo, a autonomia municipal e a desconcentração de recursos ao pedir o apoio dos prefeitos e do Congresso para simplificar os impostos.

Guedes destacou que os Municípios são os responsáveis pelo atendimento à população e que esses Entes necessitam de apoio. “Nós acreditamos no princípio da subsidiariedade. Os Estados só devem fazer o que os Municípios não conseguem. Quem serve a população brasileira são os Municípios. Agora, por exemplo, para fazer uma estrada de um Município ao outro, ou seja, o Estado tem que fazer o que os Municípios não conseguem fazer”, considerou.

Com esse entendimento, o ministro voltou a defender a descentralização das decisões e dos recursos, ressaltando a autonomia municipal. “Desde a campanha, coerente com o respeito à posição de respeito ao federalismo, nós propusemos o Imposto de Valor Adicionado [IVA] que nós faríamos na Federação, sem cruzar a

fronteira dos poderes, porque nós acreditamos nessa descentralização dos poderes. Não seríamos nós que invadiríamos a competência dos Municípios”, disse.

Em relação ao IVA, a proposta do governo federal é de incorporação com o imposto como o ICMS, que também é repassado aos Municípios. “Nós criamos o IVA com o PIS e Cofins e acreditamos que, com uma mudança no ICMS, nós podemos acoplar as duas tributações. Propusemos a repartir o que temos e não comprometer gerações futuras. Tudo o que conseguirmos daqui para frente nós vamos dividir. Nós só não podemos prometer o que não temos”, pontuou.

A preocupação com o comprometimento da produção do país foi lembrada pelo ministro, que entende a necessidade da Reforma Tributária, mas sempre considerando as peculiaridades de cada Município. “Nós chegamos a gastos de 45% do PIB. Olhamos para os Municípios com grande compreensão. Seria muito eficiente e apoiamos uma reforma ampla, porém apoiamos a decisão do prefeito. Se quiser vir para acoplar a nossa contribuição sobre bens e serviços”, destacou Guedes.

O que propõem e diferem as PECs

Levantamento feito pelos consultores legislativos da Câmara dos Deputados Celso de Barros Correia Neto, Fabiano da Silva Nunes, José Evande Carvalho Araujo, Murilo Rodrigues da Cunha Soares mostra o que defendem as PECs 110/2019 e PEC 45/2019.

Em ambas as proposições, a alteração do Sistema Tributário Nacional tem como principal objetivo a simplificação e a racionalização da tributação sobre a produção e a comercialização de bens e a prestação de serviços, base tributável atualmente compartilhada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Nesse sentido, ambas propõem a extinção de uma série de tributos, consolidando as bases tributáveis em dois novos impostos:

(i) um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), nos moldes dos impostos sobre valor agregado cobrados na maioria dos países desenvolvidos; e

(ii) um imposto específico sobre alguns bens e serviços (Imposto Seletivo), assemelhado aos excise taxes.

Imposto Sobre Bens e Serviços

A base de incidência do IBS em ambas as propostas é praticamente idêntica: todos os bens e serviços, incluindo a exploração de bens e direitos, tangíveis e intangíveis, e a locação de bens, operações que, em regra, escapam da tributação do ICMS estadual e do ISS municipal no quadro normativo atualmente em vigor.

As propostas, por outro lado, trazem diferenças significativas em relação aos seguintes pontos:

Competência tributária do IBS

•PEC 110: tributo estadual, instituído por intermédio do Congresso Nacional, com poder de iniciativa reservado, basicamente, a representantes dos Estados e Municípios (exceto por uma comissão mista de Senadores e Deputados Federais criada especificamente para esse fim ou por bancada estadual);

•PEC 45: tributo federal (embora



esteja previsto em um novo art. 152-A, e não no art. 153, da Constituição Federal, dispositivo que prevê os impostos federais), instituído por meio de lei complementar federal (exceto em relação à fixação da parcela das alíquotas destinadas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a ser definida por lei ordinária de cada ente federativo).

Tributos substituídos pelo IBS:

- PEC 110: são substituídos 9 tributos, o IPI, IOF, PIS, Pasep, Cofins, CIDE-Combustíveis, Salário-Educação, ICMS, ISS;

- PEC 45: são substituídos cinco tributos, o IPI, PIS, Cofins, ICMS, ISS.

Determinação da alíquota do IBS

- PEC 110: lei complementar fixa as alíquotas do imposto, havendo uma alíquota padrão; poderão ser fixadas alíquotas diferenciadas em relação à padrão para determinados bens ou serviços; portanto, a alíquota pode diferir, dependendo do bem ou serviço, mas é aplicada de maneira uniforme em todo o território nacional;

- PEC 45: cada ente federativo fixa uma parcela da alíquota total do imposto por meio de lei ordinária, federal, estadual, distrital ou municipal (uma espécie de “sub-alíquota”); uma vez fixado o conjunto das “sub-alíquotas” federal, estadual e municipal (ou distrital), forma-se a alíquota única aplicável a todos os bens e serviços consumidos em ou destinados a cada um dos Municípios/Estados brasileiros; é criada a figura da “alíquota de referência”, assim entendida aquela que, aplicada sobre a base de cálculo do IBS, substitui a arrecadação dos tributos federais (IPI, PIS, Cofins) excluída a arrecadação do novo Imposto Seletivo, do ICMS estadual e do ISS municipal; assim, todos os bens e serviços destinados a determinado Município/Estado são taxados por uma mesma alíquota, mas a tributação não é uniforme em todo território nacional, pois cada Município/Estado pode fixar sua alíquota.

Concessão de benefícios fiscais

- PEC 110: autoriza a concessão de benefícios fiscais (por lei complementar) nas operações com alimentos, inclusive os destinados ao consumo animal; medicamentos; transporte público coletivo de passageiros urbano; bens do ativo imobilizado; saneamento básico; e educação

infantil, ensino fundamental, médio e superior e educação profissional;

- PEC 45: não permite benefício fiscal.

- Ambos os textos preveem a possibilidade de devolução do imposto recolhido para contribuintes de baixa renda, nos termos de lei complementar.

Partilha da arrecadação do IBS

- PEC 110: o produto da arrecadação do imposto é partilhado entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, mediante entrega de recursos a cada ente federativo conforme aplicação de percentuais previstos na Constituição sobre a receita bruta do IBS (repasso de cota-parte);

- PEC 45: cada ente federativo tem sua parcela na arrecadação do tributo determinada pela aplicação direta de sua “sub-alíquota”, sobre a base de cálculo do imposto.

Vinculação da arrecadação do IBS (saúde, educação, fundos constitucionais, seguro-desemprego, BNDES etc.)

- PEC 110: o produto da arrecadação do imposto é vinculado às despesas e aos fundos, ou seja, mediante aplicação de percentual sobre a arrecadação para definir a entrega direta de recursos (fundos constitucionais, seguro desemprego, BNDES) ou piso mínimo de gastos (saúde, educação);

- PEC 45: as destinações estão vinculadas a parcelas da sub-alíquota de cada ente federativo, fixadas em pontos percentuais e denominadas “alíquotas singulares”. A soma dessas “alíquotas singulares”, definidas pelo ente para cada destinação constitucional e para a parcela de receita desvinculada, representará o valor da alíquota aplicável àquele ente federativo.

Transição de cobrança dos tributos

- PEC 110: durante um ano é cobrada uma contribuição “teste” de 1%, com a mesma base de incidência do IBS, e, depois, a transição dura cinco anos, sendo os atuais tributos substituídos pelos novos tributos à razão de um quinto ao ano (os entes federativos não podem alterar as alíquotas dos tributos a serem substituídos);

- PEC 45: durante 2 anos é cobrada uma contribuição “teste” de 1%, com a mesma base de incidência do IBS, e, depois, a transição dura 8 anos, sendo os atuais tributos substituídos pelos novos

tributos à razão de 1/8 ao ano (os entes federativos podem alterar as alíquotas dos tributos a serem substituídos).

Transição da partilha de recursos

- PEC 110: no total, a transição será de 15 anos; a partir da criação dos novos impostos, cada ente federativo receberá parcela das receitas dos impostos novos de acordo com a participação que cada um teve na arrecadação dos tributos que estão sendo substituídos; após a implementação definitiva do novo sistema de cobrança, prevista para durar 5 anos. Esta regra é progressivamente substituída pelo princípio do destino, à razão de 1/10 ao ano;

- PEC 45: no total, a transição será de 50 anos; durante 20 anos a partir da criação dos novos impostos, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios receberão:

- (i) valor equivalente à redução de receitas do ICMS ou ISS, em virtude da extinção desses tributos;

- (ii) valor do aumento/diminuição da arrecadação em virtude de alterações das alíquotas de competência de cada ente federado e

- (iii) superávit/déficit de arrecadação após consideradas as duas parcelas anteriores, que será distribuído proporcionalmente pelas regras de partilha do novo IBS (princípio do destino mediante apuração do saldo de débitos e créditos); a partir do vigésimo primeiro ano, a parcela equivalente à redução do ICMS e do ISS (parcela “i”, acima) será reduzida em um trinta avos ao ano, passando a ser distribuída segundo o princípio do destino.

Sobre o Imposto Seletivo

- PEC 110: imposto de índole arrecadatória, cobrado sobre operações com petróleo e seus derivados, combustíveis e lubrificantes, gás natural, cigarros e outros produtos do fumo, energia elétrica, serviços de telecomunicações a que se refere o art. 21, XI, da C.F., bebidas alcoólicas e não alcoólicas, e veículos automotores novos, terrestres, aquáticos e aéreos;

- PEC 45: impostos de índole extrafiscal, cobrados sobre determinados bens, serviços ou direitos com o objetivo de desestimular o consumo. Não são listados sobre quais produtos ou serviços o tributo irá incidir. Caberá à lei ou medida provisória definir bens, serviços ou direitos tributados.



Eleições 2020

As novas regras e medidas da Justiça Eleitoral para a votação

As eleições municipais deste ano terão características totalmente especiais por causa da pandemia do Coronavírus, a começar pelo adiamento da data e a exigência de cuidados rigorosos com a higiene para evitar contaminação, com a aglomeração dos eleitores. O Estado de São Paulo conta com 33.564.294 eleitores aptos a votar, sendo o maior colégio eleitoral do país. Houve um aumento de 2,69% do eleitorado paulista em comparação às eleições municipais de 2016. Na capital, totalizam-se 8.986.687 eleitores aptos, sendo também o município com maior eleitorado do Brasil.

Em todo o Brasil, 147.918.483 eleitores estão aptos a votar no pleito deste ano, marcado para 15 de

novembro, segundo dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Desse total, há 133.377.663 eleitores com voto obrigatório e outros 14.538.651 com voto facultativo, composto por idosos e menores, dos 16 aos 18 anos.

Segundo dados do TSE, a maioria do eleitorado nacional é formada por mulheres, que representam 52,49% do total, somando 77.649.569. Os homens somam 70.228.457 eleitores, sendo 47,48% do total.

A grande novidade prevista para este ano era a votação pelo processo biométrico. Os eleitores de 586 municípios paulistas, onde o cadastramento biométrico foi obrigatório, serão identificados da forma

tradicional. Guarulhos, Taboão da Serra e São José dos Campos estão entre os municípios em que a biometria seria obrigatória. Agora, no momento da votação, os eleitores das cidades deverão assinar no caderno de votação após apresentarem um documento de identificação com foto.

A decisão de excluir a biometria das eleições se baseou em dois fatores: a identificação pela digital pode aumentar a probabilidade de infecção, já que o leitor biométrico não pode ser higienizado com frequência; e pode gerar filas maiores, aumentando as aglomerações, pois uma parcela das pessoas tem dificuldade com a leitura das digitais.

O processo político também



Des. Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior, presidente do TRE-SP

sofreu alteração. Antes eram permitidas coligações tanto para prefeito como para vereadores. Agora, apenas para prefeitos. As coligações consistem na união de diferentes partidos para disputar o pleito.

A novidade foi trazida pela Emenda Constitucional nº 97, de 4 de outubro de 2017, que passou a proibir a celebração de coligações nas eleições proporcionais, que abrangem os cargos de deputado estadual, federal e distrital, além de vereadores.

Para os cargos majoritários, que são os de prefeito, senador, governador e presidente da República, continua sendo possível a formação de coligações. Com a nova determinação, os candidatos aos cargos de vereador, na eleição de 2020, somente poderão participar em chapa única dentro do partido.

As informações também preocupam e o crescimento das redes digitais foi tema de debate virtual promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e Ordem dos Advogados do Brasil. Os convidados discutiram temas como proteção de dados pessoais, desinformação e o uso da internet no

Quem são os eleitores paulistas

No Estado de São Paulo, 33.565.294 eleitores estão aptos a votar nas eleições municipais deste ano. O número, 2,69% maior que nas Eleições 2016, representa 22,69% de todos os cerca de 148 milhões de brasileiros que poderão escolher prefeito, vice-prefeito e vereadores em novembro.

O eleitorado feminino é a maioria no Estado: correspondem a 53% do total. Na capital, esse percentual sobe um pouco: 54,1% são mulheres e 45,8%, homens.

Em todo o Estado, 31,12% do eleitorado (10.445.248) está na faixa etária de 30 a 44 anos. Já os eleitores acima de 70 anos, para os quais o voto é facultativo, representam

9,77% (3.279.050) do eleitorado. Os jovens de 17 anos, que também votam de modo facultativo, totalizam 0,26% (89.770).

Quanto ao grau de escolaridade, 30,43% (10.212.392) tem o ensino médio completo, 20,93% (7.026.352) completou o ensino fundamental e 14,38% (47,26%) possui curso superior. Já 2,37% (796.837) se declararam analfabetos, público que não tem a obrigatoriedade de votar.

Os eleitores que afirmaram ter algum tipo de deficiência somam 1,23% (414.978) e aqueles que usarão o nome social nas urnas, direito conquistado em 2018, correspondem a menos de 1% do eleitorado (3.122).

processo eleitoral e nos tribunais.

No painel sobre fake news, o vice-presidente do TRE e corregedor Regional Eleitoral, desembargador Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia, afirmou que “a Justiça Eleitoral está combatendo a desinformação com informação e educação”.

Na mesa virtual sobre proteção de dados pessoais, o juiz Mauricio Fiorito, membro do TRE, afirmou que, apesar dos desafios do tema, a Justiça Eleitoral tem buscado se adaptar aos novos cenários digitais por meio de leis e das resoluções que são editadas a cada novo pleito.

Tratando dos processos eleitorais na Era digital, o advogado Alexandre Rollo informou sobre uma pesquisa da Reuters Digital, segundo a qual 84% dos brasileiros se mostram preocupados com a disseminação de informações falsas na internet. “Esperamos que isso se traduza na redução do compartilhamento de notícias falsas no período eleitoral”,

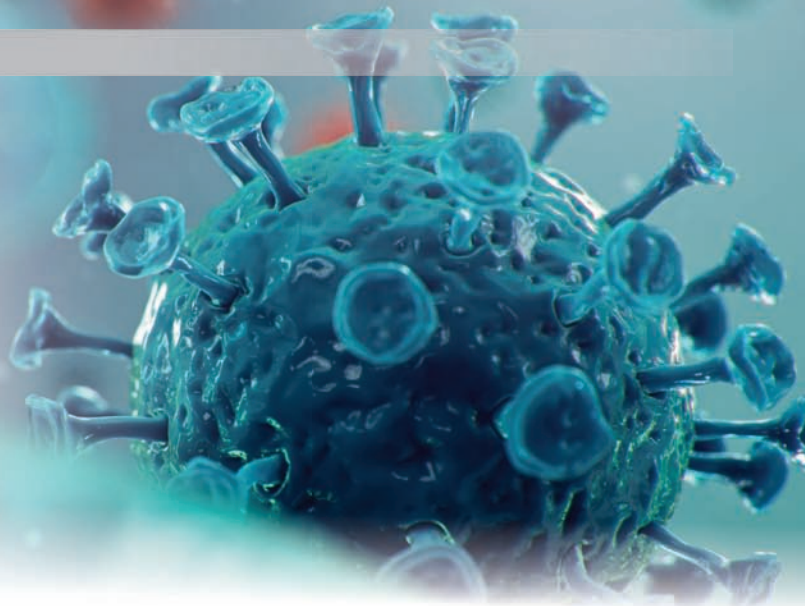
disse ele.

Para o advogado Marcelo Andrade, o conceito de anonimato não se ajusta mais à realidade da internet, já que hoje é possível identificar o provedor e o usuário por meio do IP do computador. Ele também alerta para a inversão do ônus da prova de quem divulga conteúdo falso, que terá de provar em juízo que fez a checagem do conteúdo antes de repassá-lo.

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), des. Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior, ponderou que a internet tem se destacado como veículo importante do debate político, contudo, que traz desafios para a Justiça Eleitoral. “Com a internet, o eleitor tem condições de se informar com mais profundidade, mas também está exposto a muitas distorções. A democracia hoje apresenta os mesmos contornos de antes, mas com uma complexidade muito maior”, destaca.

Portador de Covid-19 não deve ir às urnas

Orientação para que eleitores e mesários com febre no dia do pleito não compareçam aos locais de votação, ou que forem diagnosticados com COVID-19 nos 14 dias antecedentes, devendo apresentar justificativa depois.



TSE estabelece segurança como prioridade no dia da eleição

Um Plano de Segurança Sanitária foi adotado pelo Tribunal Superior Eleitoral em todo o país, com o objetivo de diminuir o risco de contágio pelo novo coronavírus, nas eleições 2020.

O documento, elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Hospital Sírio-Libanês e Hospital Israelita Albert Einstein, sob coordenação do TSE, é resultado de reuniões semanais realizadas entre julho e agosto entre o tribunal e as entidades, para preservar a saúde dos eleitores e colaboradores da Justiça Eleitoral.

O plano contempla procedimen-

tos a serem adotados no dia do pleito e um conjunto de equipamentos e materiais necessários para a segurança de eleitores e mesários.

Principais medidas previstas no protocolo de segurança:

- uso obrigatório de máscaras;
- disponibilização de álcool em gel para a higienização das mãos antes e após o voto;
- distanciamento de, no mínimo, 1 metro entre eleitores e mesários;
- exibição do documento de identidade com foto ao mesário, à distância;
- eleitor levar a própria caneta para assinar o caderno de votação

(em caso de esquecimento, haverá canetas higienizadas para uso dos eleitores).

Outras medidas já haviam sido tomadas, como a exclusão da identificação biométrica dos eleitores e horário estendido de votação, que será das 7h às 17h, com horário preferencial para pessoas acima dos 60 anos das 7h às 10h.

Para os mesários serão fornecidas 3 máscaras descartáveis, que devem ser trocadas a cada 4 horas; 1 viseira facial (face shield); um frasco de 100ml de álcool gel para uso individual e frascos de álcool 70% para a limpeza de superfícies.

Todo o material de proteção a ser utilizado foi doado por um grupo de cerca de 30 empresas privadas. Entre os itens, estão quase 10 milhões de máscaras faciais, 2 milhões de face shields, meio milhão de conjuntos demarcadores de chão e 1 milhão de litros de álcool gel.

Serão colocados cartazes ilustrativos das normas de segurança nos locais de votação e seções eleitorais, e também serão distribuídas, por meio virtual, dicas de segurança sanitária aos eleitores.





A woman with dark hair, wearing a white lab coat, stands in a clinical setting. She is looking down at a hospital bed that is covered with a white sheet and a brown blanket. The room has white walls and a white cabinet in the background.

Jaú

Hospital Amaral Carvalho vidas cuidando de vidas!

**Maior transplantador
de medula óssea do
Brasil, gera saúde e
empregos, no
coração do Estado
de São Paulo**

*Por Joaquim Nogales
especial para a Revista APM*



O conceito de responsabilidade social nem existia, nos idos de 1915, quando um casal de fazendeiros doou uma rica fazenda de café e recursos para a construção da Maternidade de Jahu. A preocupação de Domingos e Anna Marcelina se concentrava no elevado número de óbitos de parturientes e recém nascidos na região.

O que eles não imaginavam é que, 105 anos depois, seu filho Dr. Amaral Carvalho, daria nome a um sofisticado centro de saúde, referência internacional em oncologia, com desenvolvimento de pesquisas clínicas que resultaram em mais de 100 medicamentos contra o câncer, além de ser o principal transplanta-dor de medula óssea do país.

Localizado em Jaú, no coração do Estado de São Paulo, a 300 km da Capital, o Hospital Amaral Carvalho é uma genuína entidade filantrópica, centenária, do Interior paulista: nasceu familiar, cresceu com a comunidade, e hoje fala com o mundo todo, fazendo parte da história de milhões de pessoas, com 80% de seus tratamentos contra o câncer realizados pelo SUS.

No Estado de São Paulo, 600 mil pessoas foram diagnosticadas com câncer nos últimos 10 anos. Pelo menos 10% delas se trataram, ou continuam se tratando, no Amaral Carvalho, hospital sem fins lucrativos que mais oferece tratamentos oncológicos aos paulistas pelo SUS - Sistema Único de Saúde. Em 2019, foram 353 mil atendimentos para cerca de 72 mil pacientes, residentes de 513 cidades paulistas.

A instituição também possui unidades em Bauru, Lins e Lençóis Paulista. Atua em 40 subespecialidades oncológicas e seu Hemocentro atende às demandas de sangue de 11 hospitais da região. Como se

não bastasse, a unidade de medula óssea é a que mais realiza transplantes no país, pelo SUS. Desde 1996, foram mais de 3.400 transplantes.

As mulheres contam com uma unidade exclusiva para atendimentos a pacientes com câncer de mama e ginecológico, e os pacientes mutilados pelo câncer de face ou de crânio dispõem, gratuitamente, de próteses em 3D fornecidas pelo hospital.

Acolhimento ganha uma conotação ainda mais humana nas duas casas de apoio disponibilizadas pelo Amaral Carvalho para pacientes e acompanhantes que não têm condições econômicas de permanecer em Jaú durante o tratamento. Os hóspedes têm acesso não só à hospedagem e à alimentação, como também a transporte e serviços de equipe multidisciplinar, tudo pago pelo hospital, pelo tempo necessário para o tratamento. Quem determina o tempo de hospedagem, então, é a equipe médica.

Outra iniciativa pioneira da entidade rumo à humanização do tratamento oncológico foi buscar, na década de 1990, a participação social voluntária na assistência aos pacientes como forma de reduzir fugas ao tratamento (quando um paciente abandona o receituário). Hoje, a fuga ao tratamento na instituição é zero, o número de voluntários chega a 4.200 pessoas, que atuam na educação e prevenção contra a doença, facilitam o acesso ao diagnóstico e tra-

tamento precoces e prestam apoio social aos pacientes, em mais de 300 cidades paulistas.

A notícia ruim é que o Hospital Amaral Carvalho deve registrar um dos piores resultados financeiros de sua história, neste ano de 2020, devido à pandemia. Por ser hospital filantrópico sem fins lucrativos, o Hospital Amaral Carvalho recebe cerca de 55% dos custos dos procedimentos clínicos que realiza na área de saúde pública pelo SUS. O que falta do SUS, a entidade recebe em doações voluntárias da sociedade, em emendas de parlamentares federais e estaduais, e em subvenções da União e do Governo de São Paulo.

Desde 1915, quando era apenas a Maternidade de Jahu, o Amaral Carvalho é berço de gerações que construíram – e continuam a construir – a riqueza do Interior do Estado de São Paulo. Ele salvou – e continua salvando – milhares de vidas. Integra a nossa história como porto seguro contra o furacão do câncer que se abate sobre todos nós. É o melhor acesso ao que há de melhor na medicina moderna para quem precisa.

Por tudo isso, o Hospital Amaral Carvalho enche de orgulho tantos paulistas e brasileiros!





“Emendas parlamentares são essenciais”, diz o CEO do Hospital e bisneto do fundador

O Bacharel em Direito e Administrador e CEO do Hospital Amaral Carvalho, Antônio Luis Cesarino de Moraes Navarro, é bisneto do casal Domingos e Anna Marcelina, que deu início ao que seria, 105 anos depois, o maior transplantador de medula óssea do país. Sua ocupação, há mais de duas décadas, é a gerência do complexo de saúde que atende mais de 70 mil pacientes oncológicos, por ano, e conta com mais de dois mil colaboradores diretos.



Antônio Navarro, administrador e CEO do Hospital Amaral Carvalho

Revista APM - Dr. Antonio Navarro, quais os principais impactos da pandemia sobre Hospital Amaral Carvalho?

Em primeiro lugar, destaco a contaminação de cerca de 200 colaboradores pela COVID-19. Em segundo, a queda na arrecadação dos atendimentos de convênios e planos particulares. A receita dos atendimentos de pacientes de convênios e particulares financia, parcialmente, o déficit apurado nos atendimentos SUS, que também tiveram queda, mas o governo decidiu manter o repasse da



produção, até outubro. Ou seja, a arrecadação SUS não sofreu queda, mas o expressivo déficit da entidade, teve crescimento, sem qualquer interrupção.

Revista APM - As doações voluntárias também sofreram impacto?

As doações voluntárias da sociedade, que são fundamentais para a redução do déficit SUS, diminuíram por causa da crise econômica provocada pela Covid-19. Outro impacto importante foi o reajuste nos preços dos equipamentos de proteção individual e de alguns medicamentos provocado pela pandemia que gerou uma demanda mundial desses itens, que impactou diretamente os hospitais filantrópicos, a exemplo do que ocorreu com o Amaral Carvalho.

Revista APM - Qual o déficit do SUS no HAC, em 2019, e qual a previsão para este ano?

O déficit do SUS, em 2019, foi de R\$ 78.5 milhões e, para 2020, estamos prevendo algo em torno de R\$ 80 milhões. Temos uma auditoria que aponta que, de cada um real gasto com um atendimento SUS, o déficit é de 55 centavos.

Revista APM - O que representam os recursos provenientes de emendas parlamentares para a entidade?

As emendas parlamentares são fundamentais para o custeio, não só do Hospital Amaral Carvalho, como também de boa parte das entidades filantrópicas de saúde. Nos últimos anos, temos conseguido captar cerca de 20 por cento do nosso déficit SUS. Os recursos provenientes de emendas variam muito de ano para ano. Por isso, só

podemos efetivamente contar com os recursos das emendas depois de um longo processo.

Revista APM – O que o HAC está fazendo para reduzir esse déficit?

Estamos ampliando nosso atendimento a convênios e particulares sem reduzir, obviamente, o atendimento SUS, que é a nossa missão. Além disso, estamos promovendo campanhas visando o incremento das doações voluntárias da sociedade. Também temos o Hiper Saúde, que é um título de capitalização que oferece prêmios e nos apoia a reduzir o déficit. O Hiper Saúde teve sua comercialização interrompida devido à pandemia e foi outra importante fonte de recursos que sofreu significativa redução devido à Covid-19.

Revista APM – Como o Sr. vê o tratamento do câncer no período pós pandemia?

Temos que nos preparar para enfrentar o represamento dos diagnósticos e tratamentos de câncer, face ao afastamento dos pacientes, tanto dos diagnosticados como os não diagnosticados, causado pelo medo de presença nos hospitais. Tal fato deverá provocar expressiva demanda nos próximos meses nos hospitais oncológicos. E nós temos que estar preparados para enfrentar essa demanda, com a realização de investimentos por conta da necessidade de atender a esses pacientes, em prazo necessário que permita condições clínicas favoráveis para se alcançar o sucesso no tratamento. Certamente, esse vai ser o grande desafio que os hospitais oncológicos terão de enfrentar.



Cruz faz apelo por emendas parlamentares

Após conhecer a importância do Hospital Amaral Carvalho, o presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Carlos Cruz, faz um apelo aos parlamentares do Congresso Nacional e de São Paulo para destinarem emendas parlamentares à instituição filantrópica: “Esse hospital é essencial no atendimento a cânceres do interior paulista, recordista de transplante de medula óssea e salvação de milhares e milhares de casos atendidos pelo SUS”.

Com base nos números de atendimentos, na gravidade dos casos, no trabalho científico e nos resultados promissores, Carlos Cruz se dispôs a apelar a cada um dos deputados federais e estaduais para conhecerem o grande trabalho e passem a colaborar para a manutenção financeira. “Se cada parlamentar destinar emendas, por exemplo, o Hospital desempenhará suas atividades garantindo a continuidade dos atendimentos da população com o alto padrão, porque a saúde é nosso bem maior”, ressaltou. “Em centenas de casos, o Hospital Amaral Carvalho é a única porta da esperança para famílias com pacientes vítimas de câncer. E, assim, temos o dever de dar todo nosso apoio”.



Abordagem inovadora

A responsabilidade dos Gestores Públicos em tempos de pandemia

Nosso último artigo tratou da articulação e diálogo como peças chave no intrincado tabuleiro das políticas públicas. Nossa intenção é sensibilizar os Cidadãos e os Gestores Públicos, alguns inclusive Administradores registrados no CRA-SP, que é a casa do Articulador, onde na Célula de Soluções Estratégicas, discute-se temas ligados à Saúde e Educação, matéria prima para os Projetos transformadores levados a cabo pelo Instituto Articulador, Brasil afora.

Desde então uma arrojada e inovadora iniciativa ganha corpo no interior do Estado de São Paulo, mais precisamente, para relembrar, um projeto piloto na área de Saúde, em Municípios da Região da Alta Sorocabana, que correspondem à

comarca de Pirapozinho: Narandiba, Pirapozinho, Tarabai, Sandovalina e Estrela do Norte.

Em meio ao ambiente inédito e hostil gerado pela Pandemia do Covid-19, os Gestores Municipais são obrigados à tomada de decisões estratégicas urgentes para mitigar as dificuldades que afligem o setor de Saúde e a população de suas cidades. Fragilizam na outra ponta sua situação como Gestores perante os órgãos de controle.

São decisões emergenciais, cujas demandas afetam a saúde e a vida dos cidadãos. Decisões técnicas de política pública, outrora rotineiras, como aquisição de insumos e serviços da área de Saúde, tornam-se um pesadelo para o Gestor Público, em um mercado absoluta-

mente volátil e desorganizado, devido à recente pressão da demanda mundial. Preços e prazos deixam de seguir as tendências conhecidas ou previsíveis. Qualidade ou a falta dela, podem levar à segurança ou contaminação de toda a Equipe de Saúde, na frente do combate.

O respeito à responsabilidade fiscal e a obrigação de salvar vidas transforma cada decisão em uma escolha que pode representar um problema de responsabilização pessoal do Servidor que cumpre seu dever, sua missão. Judicialização dessas decisões surgirão às centenas, pressionando ainda mais o Poder Judiciário com um tema já tão demandado, a área de Saúde.



Opiniões e pontos de vista do Ministério Público

Não é de hoje que vem em um crescendo o tom dos questionamentos sobre a real capacidade do Estado para apresentar soluções às demandas dos indivíduos sob sua autoridade. Mais agudas e argutas não poderiam ser as críticas do que as bem expostas por Murray N. Rothbard, em sua “Anatomia do Estado”; e essa obra já data de quase 50 anos atrás, sem perder sua atualidade. A desconfiança tem razões para ser ainda maior quando se fala do Estado brasileiro, tradicionalmente burocrático, centralista e hipertrofiado.

As contingências sociais, com sua natureza disforme e multifária, ao contrário do Estado, não se ligam a fórmulas estanques e tampouco respeitam protocolos, simplesmente se impõem, exigindo resiliência e plasticidade de quem lhes pretenda resistir. E a COVID-19 se apresentou como uma contingência, dotada de ubiquidade e potência irrefreáveis, impar em sua aptidão para revelar quanto a estrutura estatal pode restar prostrada diante de um desafio, muito em virtude de sua construção ensimesmada e de sua rígida arquitetura, que se traduziram em comorbidades incapacitantes diante da pandemia.

Abaixo da ribalta, a sociedade a tudo assiste cada vez menos receptiva a ouvir sobre instâncias de deliberação, prazos regulamentares, competências federativas ou projetos de governo. Talvez já há muito imbuída do espírito típico de uma sociedade consumista, a população se mostra cada vez mais demandista por soluções concretas e definitivas aos seus problemas,

tais como eles se apresentem em sua particular realidade (como um delivery administrativo), e refratária a ouvir das dificuldades que as instâncias burocráticas encontram (ou criam) para resolvê-los. E é de se suspeitar que esse novo tom do clamor da plateia esteja a ecoar na bilheteria das urnas. Por todo o mundo, aqui e ali, elas aparecem recheadas em favor de personagens ditos “outsiders”, nativos de searas mais pragmáticas da sociedade e mais voltados a falar de soluções, em contraposição a figuras mais endêmicas no ambiente burocrático, sempre debruçadas a falar (ou gritar) sobre problemas.

Esse cenário, seja em razão da crescente complexidade das contingências que se impõem, seja pelo ceticismo daqueles a quem se deve servir, implica às mais diversas searas do aparelho estatal uma decisão sobre novas formas de administrar. É bem verdade que, sob enfoque imediatista, vezos já de muito incrustados em todas as repartições possibilitam (senão fazem tentador) encaminhamentos a priori mais “expeditos”: indicar o próximo guichê, postular a remessa à atribuição alheia, iniciar um procedimento formal infértil atrelado a ritos e prazos, em escaninhos que aguardam uma solução atrás de tantos outros. Formalidades que, se não resolvem, afastam da mesa o problema, mas “a perder de vista” apenas para os olhares de alcance muito limitado. Porque, como já se disse, as reais contingências não obedecem a formalidades e voltam repetidamente com o próximo usuário do serviço ou protocolo seguinte.

Ademais, diante de uma realidade de orçamentos sobre os quais é imperioso que se imponham limites sempre mais e mais estreitos - processo assaz intensificado pelos efeitos econômicos da pandemia, doravante o único caminho restante será a busca pela maximização de resultados e a diminuição de custos. Alternativa não há, visto que a história já desvelou o véu de maia que dantes cobria o triste destino dos que seguem as idílicas veredas das fábulas keynesianas: um sepulcro selado sob as pesadas pedras de uma carga tributária escorchante, da inflação galopante e de cíclicas crises decorrentes de irresponsabilidade fiscal.

Urge um “downsizing” do Estado, no qual intervenções redundantes ou sobrepostas e rotinas repetitivas não têm lugar. Contudo, desperdícios dessa espécie só podem ser identificados e evitados a partir da visualização da realidade, aptidões e limitações dos vários atores envolvidos no enfrentamento de uma mesma demanda, que propicie alinhá-los e articulá-los de forma estritamente voltada à obtenção do resultado amplo e abrir mão do que não seja estritamente exigido pela contingência ou pela norma.

Atendendo a essa realidade, mesmo com estrita observância das formalidades devidas, apresenta-se a possibilidade – senão, se impõe a necessidade – de estratégias de atuação efetivamente voltadas ao enfrentamento das questões trazidas pela sociedade. Nesse sentido, espaços de governança que

permitam aos vários atores envolvidos abordar a contingência presente de forma conjunta - e, portanto, considerando todas as suas repercussões (ainda que cada qual nos limites de suas atribuições) e tendo à disposição a expertise específica de cada um - se revelaram em diversas oportunidades a fórmula acertada para a cura da paralisia estatal. Por meio de tais iniciativas, o foco no problema que constitui o objeto de trabalho, inverte a tendência endorreica da atuação estatal; a construção dialógica de soluções permite uma visão mais ampla das questões enfrentadas e melhor informação para tomada de decisões; a atuação integrada minimiza rotinas e providências repetitivas ou ociosas e maximiza a eficiência propiciada pela atuação articulada de cada órgão segundo suas expertises e prerrogativas.

Mesmo em relação às instituições inerentes ao sistema de administração da Justiça, a necessidade de rever a forma de abordagem das demandas dos indivíduos que acor-

rem ao Estado se fez sentir. Há muito o Ministério Público tem se voltado a uma atuação consagrada sob o signo de “resolutiva”, ou seja, voltada à efetiva resolução dos problemas que perfazem o pano de fundo das questões que se apresentam diariamente ao Promotor de Justiça, através de uma intervenção proativa direcionada ao enfrentamento das causas primárias e não apenas reativa as suas manifestações pontuais.

A luz dessa “nova” forma de atuação, a judicialização de todas as demandas apresentadas ao Ministério Público perde sua centralidade. Afinal, em relação às questões cuja solução precisa ser apresentada pela Administração, a tutela jurisdicional não será em si a solução, mas imporá ao administrador público que tome a providência em dado prazo. Contudo, se a sempre presente escassez de recursos faz com que a providência em si dependa ainda de decisões a respeito de “onde”, “como”, “a que custo”, “às custas de quem”, etc., porque não antecipar com fraqueza a demanda ao administrador e lhe

oportunizar apresentar a solução que entender pertinente no exercício de sua legítima discricionariedade administrativa, com o devido planejamento e outras medidas que propiciam a mais eficaz alocação de recursos e, assim, evitando, ainda, o tempo do processo e eventuais agruras da responsabilização civil e criminal do administrador? Ao que se soma o mais importante, entregando em menor tempo - e, não raras vezes, a menor custo - a solução esperada pela população.

Vê-se, portanto, que espaços de diálogo entre atores sociais (governamentais, de Estado e da Sociedade Civil) a respeito de uma determinada contingência propiciam a todos os envolvidos uma atuação mais eficiente e que, ainda que mais trabalhosa de início - por implicar revisão de certas práticas e conceitos, tende sempre a melhores e mais consistentes resultados a médio e longo prazo, convertendo a atuação estatal, de espaço de demanda, a espaço de resolutividade.

Judicialização da saúde: diálogo é aposta regional no enfrentamento

Tecer impressões e reflexões sobre a articulação que vem ocorrendo entre secretários municipais da Região de Alta Sorocabana e representante do MP local, pressupõe apresentar aos leitores, ainda que de forma breve, alguns elementos que retratam o Cenário atual e o que vivem os gestores que reconheceram nesta experiência, um potencial estratégico para

enfrentar a crescente judicialização da Saúde na Região em que estão inseridos.

O Estado de São Paulo tem 645 municípios de diferentes portes populacionais. Mesmo sendo o Estado com a maior população no país, sua população está concentrada em apenas 10% dos seus municípios. Os outros 80% conta com menos de 50 mil/habitantes e



Por Márcia Tubone

destes 62% tem menos de 20 mil habitantes e 43% tem menos de 10 mil/habitantes e, portanto, a imensa maioria de municípios são de pequeno porte.

Está dividido em 63 Regiões de Saúde, que são espaços geográficos definidos por identidades culturais, econômicas e sociais comuns entre



os municípios, fazendo com que as Regiões tenham características singulares. As redes de comunicação, logística e infraestrutura, muitas vezes são comuns, considerando o perfil de cada Região e o porte dos municípios.

Estes municípios são representados pelo Conselho de Secretários Municipais de Saúde - COSEMS/SP, que tem como o objetivo defender os interesses de todos os municípios paulistas nos diversos fóruns de Saúde Pública e instâncias do Sistema Único de Saúde - SUS, se constituindo como importante ator político no processo de construção do SUS no Estado de São Paulo. Entre suas várias prioridades e que conversa com o Projeto em questão, destaca-se oportunizar espaços de troca de experiências entre os municípios e apoio por meio de estratégias que visem a estruturação técnica e administrativa para solução de problemas municipais e regionais.

Para dar conta desta prioridade, a Escuta às necessidades e demandas específicas dos gestores municipais tem sido uma das principais diretrizes do COSEMS/SP. Pensar em estratégias que atendam suas necessidades e respeite suas singularidades é nosso desafio!

Assim, a pandemia do Coronavírus que assolou o país, como a maior calamidade de Saúde Pública de sua história, tornou-se a principal prioridade a ser enfrentada. Desde o início, o Estado de SP como o epicentro da pandemia, com o maior número de casos confirmados e maior número de óbitos, apresentou-se como o principal problema para apoio do COSEMS/SP, em 2020, e que necessitou de estratégias urgentes para seu enfrentamento.

Em curto espaço de tempo, dian-

te do novo cenário epidemiológico e com a velocidade que a pandemia avançava no interior do Estado de São Paulo, os gestores, mesmo sem recursos suficientes, com pouco conhecimento sobre a enfermidade e ausência de normatizações técnicas, se viram obrigados a buscar respostas rápidas para reduzir a transmissão de novos casos e ao mesmo tempo, garantir atendimento à população que adoecia e necessitava de atendimento básico e de internação. Enfrentaram a falta de uma política de testagem e fornecimento de insumos e EPI, a dificuldade da população em seguir as regras de isolamento social, o afastamento e receio dos profissionais da saúde em atender a população suspeita e confirmada pela Covid-19 e com isso várias ações que não estavam no planejamento das Secretarias Municipais de Saúde tiveram que ser programadas e executadas.

Foi neste Cenário, piorado pela atual pandemia, que várias Recomendações do Ministério Público começam a ser encaminhadas aos gestores municipais para providências no enfrentamento à Covid-19.

Todos sabemos que, não diferente do restante do Brasil, nos últimos anos houve um aumento expressivo dos processos de judicialização da Saúde no Estado de São Paulo. Não há dúvida que para minimizar esse fato uma das questões fundamentais é enfrentar o subfinanciamento do SUS, mas também é inegável que qualificar a gestão e as informações nos processos judiciais sobre os limites da gestão municipal, a estruturação dos serviços no SUS e as competências e responsabilidades de cada ente federado são fundamentais para que o judiciário tome suas decisões com conhecimento da rea-

lidade local.

Tão importante quanto esta qualificação, é a existência de espaços regionais para diálogo entre o poder executivo e o poder judiciário e juntos buscarem estratégias para resolução dos problemas

E assim, a pandemia, mesmo sendo um problema gravíssimo na Saúde Pública brasileira, possibilitou que o INSTITUTO ARTICULE e COSEMS/SP idealizassem a criação de um fórum entre gestores municipais e judiciário regional, para discussão das dificuldades e limites em atender as Recomendações relacionadas à Covid-19, bem como compartilhar conhecimento, informações e buscar soluções com vistas a diminuir e evitar futuras medidas judiciais.

Arregaçamos a manga e demos os primeiros passos para concretizar nossa proposta.

Identificamos municípios que receberam Recomendações do MP e/ou ações judiciais, analisamos o teor e agregamos por Regiões de Saúde. Após análise, identificamos cinco municípios da Região de Saúde da Alta Sorocabana do Departamento Regional de Saúde – DRS de Presidente Prudente - PP, da área de abrangência da Comarca de Pirapozinho, contatamos os gestores municipais, o promotor do MP local e convidamos o representante regional da SES/SP, para dar início ao diálogo sobre as questões elencadas e a constituição do Fórum regional, com o objetivo de contribuir para um ambiente de maior segurança jurídica aos atos administrativos e a redução da judicialização, com perspectivas de manutenção pós pandemia.

Assina-se o Termo de Cooperação Técnica entre COSEMS/SP e o INSTITUTO ARTICULE, voltado à implantação de Projeto Piloto.



Nasce o Grupo Interinstitucional de Articulação na Saúde, com os gestores de saúde de Estrela do Norte, Narandiba, Pirapozinho, Sandovalina e Tarabai, o promotor do MP local e participação do DRS de PP. Municípios com população menor de 7.000 mil/hab., com exceção de Pirapozinho com 26.000 mil/hab. e que pelo porte populacional, a prioridade da atenção é oferecer à população acesso de qualidade na Atenção Primária à Saúde e assim responder a 80% dos problemas de saúde da população.

Diante do cenário, discutimos os problemas com suas singularidades e buscamos construir agendas e estratégias para apoio e resolução dos problemas.

Nossa expectativa é que este projeto se transforme numa estratégia efetiva para diminuição das ações judiciais, acreditando que espaços de diálogo são fundamentais para atender a necessidade da

população, para melhor uso do recurso público e sem prejuízo das demandas mais coletivas.

O Projeto demonstra ser exitoso tendo como base o fato de que desde que instalamos este Fórum de Articulação, os gestores informam que as recomendações judiciais diminuíram e acreditamos que isto se deve ao fato de que as dúvidas do judiciário regional são apresentadas e os gestores têm informado e esclarecido com total transparência, apresentando suas possibilidades e limitações e juntos encontrado a melhor alternativa para responder as necessidades que se apresentam.

Esta experiência dialogada e problematizadora, nos inspira e nos anima para reproduzi-la em outros espaços regionais do Estado, pois se confirma como alternativa eficiente e efetiva no enfrentamento à Judicialização da Saúde.

Conhecidos os importantes argumentos e posicionamento desses protagonistas em nossa missão de construir pontes entre as Instituições, a partir da aplicação de metodologia dialógica desenvolvida e aprimorada pelo INSTITUTO ARTICULE, o trabalho realizado em parceria com o COSEMS/SP Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo, denominado Grupo Interinstitucional de Articulação na Saúde contribui para a criação de um ambiente de maior segurança jurídica para a tomada de decisões e a redução da judicialização futura.

Esse espaço de articulação e governança interinstitucional, integra no mesmo ambiente negocial além dos diretores, assessores e especialistas do COSEMS SP e ARTICULE, Membros do Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário, representante da DRS – Departamento Regional de Saúde – Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo e Sociedade Civil.

Forma-se nesse gabinete de articulação e governança o ambiente fértil e seguro para a busca de soluções consensadas, de soluções eficazes e duradouras, que possam representar mais do que política de Governo, mas verdadeiramente Política de Estado.

Marcelo da Silva Martins Pinto Gonçalves é promotor de Justiça do Estado de São Paulo e especialista em Ciências Penais.

Márcia Tubone é assessora Técnica do COSEMS/SP, Sanitarista, Especialista em Apoio Institucional em Saúde e em Planejamento e Gestão Governamental.

Rogério Góes é cofundador e diretor de Relações Institucionais do Instituto Articule e Conselheiro do CRASP.



Empresário comemora sucesso no enfrentamento da pandemia

Depois de quatro meses de intenso trabalho, enfrentando a gravidade de uma doença desconhecida e necessidade de agilidade e rapidez, o empresário Gabriel Seferian, do Grupo Sefer Indústria e Comércio, de Barueri, na Grande São Paulo, tem muito a comemorar. Ao longo desse tempo, sua equipe de colaboradores desenvolveu linhas de produtos de proteção especialmente para evitar contágio e levou seus produtos a 7 estados brasileiros, para mais de 35 prefeituras. “Para nós foi um desafio enorme por enfrentarmos uma situação da qual não tínhamos a menor ideia da gravidade”, ressalta ele. “Porém, nossos colaboradores souberam desenvolver os produtos e atender às especificações da Resolução 356 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que delibera sobre a autorização para produção de EPIs para assistência à Covid 19”.

Assim, na contramão da pandemia, ao invés de cruzar os braços, de fazer coro com o choro e a lamentação, o empresário Gabriel Seferian, há muitos anos se dedicando com sucesso no ramo de produção de uniformes, mochilas, tênis e outros materiais escolares com centenas de prefeituras municipais já atendidas ao longo de mais de 20 anos, decidiu enfrentar a situação. Ele criou coragem e abraçou a oportunidade por força da Resolução 356 da Anvisa: desenvolveu e criou uma linha de produção de Máscaras Cirúrgicas TNT tripla com clip nasal, N 95 e Avental. Todos os produtos com matéria prima em conformidade



Empresário Gabriel Seferian

com as exigências da Anvisa. Com linha de produção própria e terceirizada, o empresário gerou assim, na contramão da crise, dezenas e dezenas de empregos diretos e indiretos.

Gabriel Seferian, do Grupo Sefer Indústria e Comércio, se disse satisfeito de poder realizar mais um grande desafio em sua vida. “Desenvolver em poucas semanas uma vasta e complexa linha de produção; vencer muita burocracia; buscar atender as várias exigências e as inúmeras normas dos componentes; enfim, foi um trabalho árduo, porém extremamente dignificante”, acentuou. Para ele, “só de saber que estamos podendo contribuir com a geração de emprego e renda para muitas pessoas já me deixa realizado. Agora, saber que com o uso de nossas máscaras os profissionais de saúde e a população estão podendo se proteger da



contaminação de um vírus tão terrível quanto esse realmente me deixa cheio de orgulho”, concluiu.

Para enfrentar o distanciamento social, o empresário também já havia desenvolvido com antecipação uma máscara de tecido com corte a laser para não desfiar, lavável e ajustável a qualquer formato de rosto, cobrindo boca, nariz e queixo. “Este modelo é ideal para os municípios fornecerem aos seus servidores em geral e para aquelas pessoas que infelizmente estão em faixas carentes da população”, explicou Seferian.

Na verdade, este exemplo de empreendedorismo tem tradição na família. Gabriel é filho do saudoso empreendedor Avedis Seferian, que foi um dos pioneiros em ferramentais para calçados e confecções com fábrica em Osasco por mais de 60 anos. Ele foi também um dos fundadores da cidade.

I Congresso Científico Online reuniu mais de 880 inscritos

O I Congresso Científico Online da FEAPAES-SP, que aconteceu entre os dias 24 e 27 de agosto, atraiu o interesse de estudiosos da causa da pessoa com deficiência de diversas localidades do Brasil e do mundo. Isso porque o evento teve 882 inscritos e 125 artigos submetidos. O evento foi realizado pela Federação das APAES do Estado de São Paulo (FEAPAES-SP) e pelo Instituto de Ensino em Pesquisa UNIAPAE-SP, e teve como tema: Intersetorialidade: saberes e práticas sobre a questão da pessoa com deficiência.

De acordo com a organização do evento, os temas das palestras despertaram o interesse de estudiosos de Portugal e Moçambique, e de 23 estados brasileiros, que são Pará, São Paulo, Alagoas, Goiás, Tocantins, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Paraíba, Ceará, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Paraná, Amapá, Alagoas, Amazonas, Rondônia, Pernambuco, Maranhão, Piauí.

“Desde o início nos preocupamos em buscar temas relevantes e que contribuíssem para a causa da pessoa com deficiência. Temos certeza que será um evento que proporcionará muito conhecimento aos participantes”, afirma Denise Costa, professora doutora em serviço social e coordenadora do UNIAPAE-SP.

Além de contar com a expertise da FEAPAES-SP, o congresso teve o apoio da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (Unesp) e teve como objetivo



Cristiany de Castro, presidente da FEAPAES-SP, na abertura do evento

incentivar estudos, pesquisas e discussões acadêmicas voltados ao universo da pessoa com deficiência. “Há alguns anos, a FEAPAES-SP busca participar de estudos acadêmicos voltados à pessoa com deficiência, já realizamos parcerias com diversas universidades e grupos de estudos, em 2019 criamos o Instituto de Ensino e Pesquisa UNIAPAE-SP com objetivo de fortalecer o conhecimento em terceiro setor. O Congresso Científico veio para reunir e construir saberes, para que possamos disseminar informações entre entidades, profissionais, poder público, estudantes e pesqui-

sadores” explica a presidente da FEAPAES-SP, Cristiany de Castro.

Palestrantes

No primeiro dia de evento, 24, foram apresentadas duas palestras, a primeira foi “Os direitos da pessoa com deficiência e seus desafios na contemporaneidade”, com a professora e mestre, Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior. Na sequência, o professor e mestre, Alexandre Manir Figueiredo Sarquis falou sobre “Tribunais de contas e parcerias com o terceiro setor”.

No dia 25, segundo dia de evento, a professora doutora, Debora Deliberato falou sobre “Tecnologia assistiva”. No mesmo dia, também aconteceu a palestra “Transitórios do desenvolvimento: causas genéticas, ambientais e epigenéticas”, com o professor doutor Décio Brunoni.

O tema Educação inclusiva e o futuro das instituições especializadas no Brasil abriu o terceiro dia de evento, com a professora doutora, Enicéia Gonçalves Mendes. Na sequência, aconteceu a palestra “Autismo na primeira infância”, com a professora doutora, Érika Parlato de Oliveira. E no último dia de evento, o público assistiu a palestra “As APAEs e o sistema único de assistência social”, com o professor doutor, Edilson Tavares Araújo. O evento foi fechado pelo professor doutor Wederson Rufino dos Santos, com a palestra “Proteção social para pessoas com deficiência”.

Cristiany de Castro é presidente da FEAPAES-SP.

Evento atraiu inscritos de 23 estados brasileiros, além de outros países, como Portugal e Moçambique



Conforto acústico e poluição sonora pós-Pandemia

Por Marcelo de Mello Aquilino
Físico e pesquisador do IPT

Para falar do assunto acústica pós-pandemia, é importante lembrar que a pandemia é uma ocorrência epidemiológica. Uma definição moderna de epidemiologia dada por Porta (2008) é: “O estudo da ocorrência e distribuição de estados e eventos relacionados à saúde em populações específicas, incluindo o estudo de determinantes que influenciam estes estados e a aplicação deste conhecimento no controle dos problemas de saúde”. A epidemiologia é importante tanto na pandemia como na questão acústica. A Organização Mundial da Saúde - OMS apresenta estudos epidemiológicos, que associam o ruído a diversas morbidades, como doenças cardiovasculares, diabetes, hipertensão, problemas renais, dentre outras. O excesso de ruído está associado também à baixa produtividade de trabalhadores e estudantes, além de poder provocar problemas psicológicos e perda auditiva aos expostos. No caso de ruído, dada a definição de epidemiologia, é importante saber os seus determinantes e como controlá-los.

A Política Nacional do Meio Ambiente no Brasil é estabelecida pela Lei 6.938 de 1981. Esta lei define como poluição a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população, além de criar condições adversas às atividades sociais e econômicas. A mesma lei também define quem é o poluidor, isto é, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.

Para a avaliação da poluição sonora, temos a Resolução

CONAMA nº 1, de 1990, que cita duas normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, sendo a norma NBR 10.151 que estabelece os níveis de pressão sonora aceitáveis para áreas habitadas e a norma NBR 10.152, que estabelece os níveis de pressão sonora aceitáveis dentro de residências e edifícios, conforme o tipo de utilização. Além dessas normas, os municípios têm sua própria legislação sobre os níveis de pressão sonora permitidos, conforme o zoneamento das cidades.

Leis e normas existem, tanto no âmbito Federal, Estadual e Municipal, porém a pergunta que se faz é como avaliar o ruído, de forma a caracterizar a poluição sonora? Esta questão é importante pois poluição sonora não está relacionada somente ao nível do ruído, estabelecido nas leis e normas, mas também à incomodidade que o ruído provoca aos habitantes. A incomodidade pode existir mesmo quando os níveis de ruído estejam dentro dos parâmetros que as normas e leis estabelecem como aceitáveis.

São diversos os fatores pelos quais as cidades de todo o mundo vêm apresentando problemas de poluição sonora. Dentre esses fatores, pode-se citar como principais, o crescimento desordenado das cidades; o ruído causado pelo tráfego de veículos em ruas, avenidas e estradas que cortam bairros e municípios; o ruído aeroviário; a implantação de empreendimentos que impactam negativamente em seu entorno (impacto de vizinhança). Outras questões importantes para a geração de poluição sonora são: o não cumprimento das leis e o desrespeito aos bons costumes.

O IPT, que trabalha com avaliações de ruído ambiental há mais de 35 anos, vem constatando casos de poluição sonora onde os níveis de ruído excedem os estabelecidos pelas normas e leis, porém, também, constata-se muitos casos em que o nível de ruído atende aos níveis estabelecidos, porém o ruído causa incomodidade aos usuários de edificações ou espaços urbanos. São casos de perturbação sonora,



Figura 1: Trecho de mapa de ruído elaborado pelo IPT



Figura 2: “Barulhômetro” desenvolvido pelo IPT

mesmo com os níveis de ruído estabelecidos por normas e leis estarem sendo atendidos. Essa perturbação é poluição sonora que, em muitos casos, afeta o psicológico podendo desencadear também, a longo prazo, problemas físicos.

Cabe aqui uma breve explicação sobre alguns conceitos importantes para o entendimento do assunto. O nível de pressão sonora, expresso em dB (decibels) é a grandeza que estabelece a quantidade de ruído que se escuta, porém ele não traz uma informação sobre a qualidade do som e sim somente da quantidade do som.

A incomodidade pode ocorrer, quando o som ultrapassa os níveis de pressão sonora residual do local, passando a ser percebido e em, muitos casos, entendido. Quando o som intrusivo traz uma mensagem inteligível, ele causa mais incômodo do que um som, com a mesma intensidade, em que a mensagem não seja entendida.

Durante a quarentena, devido a pandemia provocada pelo vírus COVID-19, muitas pessoas experimentaram, em seus ambientes, o silêncio ou o barulho e outras não sentiram diferença. Sabemos que, nas cidades, uma das principais causas de ruído é o trânsito de veículos.

Para as pessoas que experimentaram o silêncio, no início do dis-

tanciamento social, a redução de ruído foi proporcionada principalmente devido à redução do ruído de tráfego de veículos, que é considerado um dos maiores geradores de ruído nas cidades, além da redução de circulação de pessoas. A redução de ruído ambiental, proporcionou a percepção de muitos ruídos que já existiam, mas estavam mascarados pelo ruído contínuo existente; dessa forma, começou-se a ouvir mais os pássaros, latidos de cachorros, ruído de obras, ruído e vozes de vizinhos. Isto ocorre pois quando uma fonte de ruído é silenciada, como aconteceu no período de distanciamento social, outras fontes passam a ser percebidas.

Para os que experimentaram o barulho, pode-se citar locais onde, devido ao fechamento das atividades na cidade, moradores começaram a promover eventos geradores de ruído, como tocar músicas com auxílio de equipamento de amplificação de som, “pancadões” etc.

Para os que não sentiram diferença, pode-se citar moradores onde o fluxo de veículos não diminuiu, como em grandes corredores de tráfego ou para aqueles que já habitavam locais silenciosos nas cidades.

Considerando-se que a pandemia trouxe mudanças no cotidiano,

que provavelmente serão incorporadas no “novo normal”, como o trabalho em casa e o ensino à distância, é cada vez mais importante a adequação acústica dos ambientes internos das residências para promover o conforto aos seus usuários. Porém, o conforto dos usuários não é obtido somente com parâmetros da edificação, pois o entorno do edifício pode ser um gerador potencial de ruído e deve ter atenção das autoridades, dos empreendedores da construção civil e dos ocupantes destes espaços.

A poluição sonora, tanto externa como interna, deve ser mitigada e para isso é necessário a realização de diagnósticos através de estudos consistentes de impactos de vizinhança, avaliações de ruído por meio de sensores de captação contínua de ruído como o “Barulhômetro” desenvolvido pelo IPT e o mapeamento da propagação de ruído, conforme previsto na Lei Municipal nº 16.499/16 da cidade de São Paulo que estabelece o mapeamento de ruído da cidade. O mapeamento é uma ferramenta que fornecerá o diagnóstico de como o ruído está, hoje, na cidade e, de posse dessa informação, quais são as ações que devem ser tomadas para projetar o futuro da cidade. Para o futuro, sem poluição sonora, uma única ferramenta não será suficiente, serão necessários zoneamentos bem elaborados, fiscalização eficiente, planejamento, projetos inteligentes, conscientização e educação.

No ano de 2021, o Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo será revisto. Oportunidade ímpar para reforçar, junto aos poderes Executivo e Legislativo, a importância da realização do Mapa de Ruído da Cidade de São Paulo, previsto na legislação, e que fornecerá subsídios para a ocupação inteligente do território da cidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população paulistana.



As metas arrojadas do novo saneamento



A precariedade do saneamento básico no Brasil motivou a aprovação do novo marco legal, que trouxe inovações animadoras e trabalhosas para os Municípios.

Se, por um lado, a Lei 14.026/2020 atacou de frente problemas cruciais que contribuíam para o atraso do setor, por outro impôs uma série de medidas complexas e custosas aos Municípios, titulares dos serviços de saneamento básico e maiores interessados na solução dos problemas.

No entanto, saneamento básico é um tema de relevância nacional, pois envolve saúde pública, meio ambiente, desigualdade social, infraestrutura, etc.

Por isso, presume-se a união de esforços no sentido de alavancar o setor com vistas ao alcance da implementação das medidas impostas pelo novo marco legal.

Uma delas consiste na universalização dos serviços. A meta imposta é consideravelmente arrojada: os Municípios terão até 31/12/2033 para garantir a 99% da população o acesso à água potável e a 90% da população a coleta de tratamento de esgotos.

Isso será feito num universo de 35,7% da população brasileira que não conta com serviços de saneamento básico, segundo o IBGE (dados de 2018), o que representa 100 milhões de brasileiros que não contam com serviços de coleta de esgoto e de 35 milhões de pessoas que não têm acesso à água tratada.

Os Municípios terão até março de

2022 para providenciar a inclusão dessas metas de universalização nos contratos atualmente em vigor.

Nos casos em que os contratos em andamento ainda não contemplem as metas impostas pelo novo marco legal, o seu cumprimento poderá se dar de três formas: o Município poderá prestar diretamente a parcela remanescente referente ao cumprimento das metas; poderá licitar essa parcela de modo



a contratar empresa que venha a cumprir a referida imposição legal; ou, ainda, promover o aditamento do contrato em vigor de modo que a empresa contratada passe a cumprir a meta objetivada.

Nessa última hipótese, contudo, o prestador deverá comprovar a sua capacidade econômico-financeira de cumprir as metas, mas a metodologia para o atendimento a essa determinação se encontra ainda pendente de regulamentação por decreto.

Na área de resíduos sólidos a meta consiste no encerramento dos lixões, cuja data foi fixada em 31/12/2020, em regra, havendo algumas situações específicas na

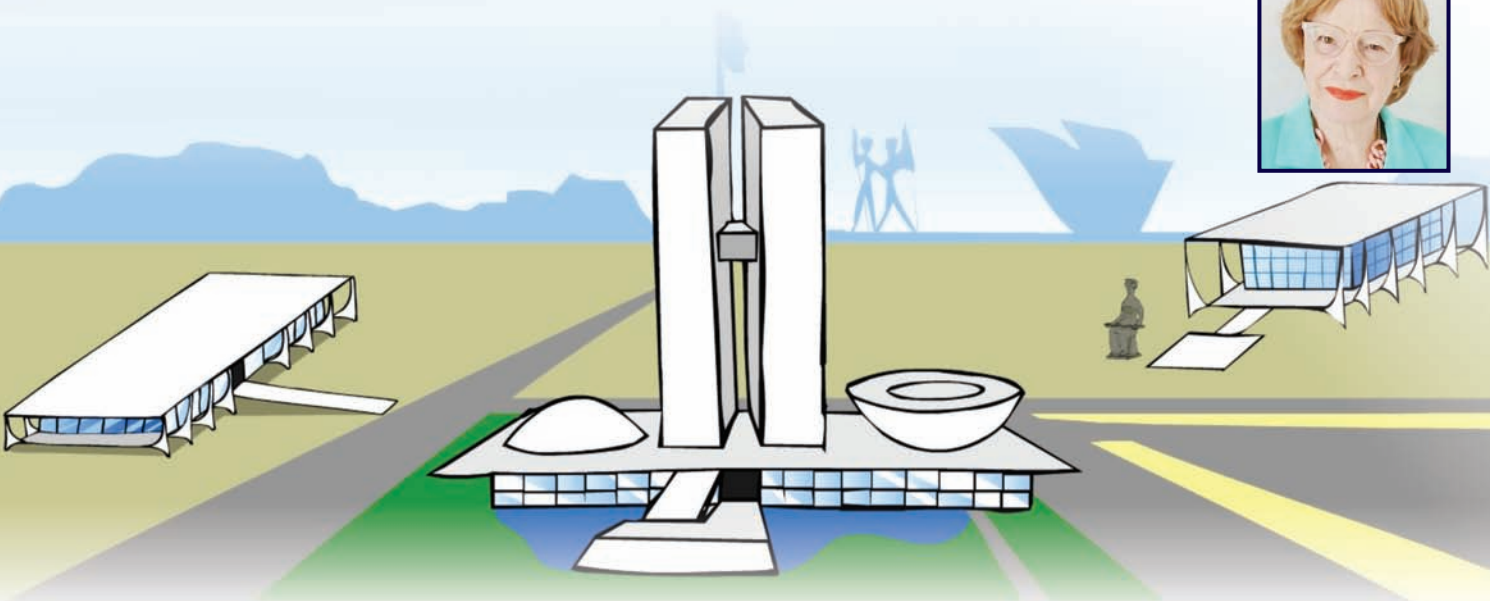
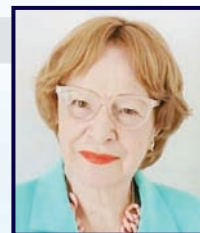
Lei, que postergam esse prazo para 02 de agosto de 2021, 2022, 2023 ou 2024, conforme o caso.

No entanto, no que se refere a resíduos sólidos a situação já era previsível. A Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, entrou em vigor há 10 anos e já vinha anunciando a imposição dessa medida, qual seja, o encerramento dos lixões, desde então, tendo havido sucessivas prorrogações para que os Municípios a implementassem.

Mesmo assim, ainda há problemáticos lixões em franca atividade, a exemplo do lixão da Estrutural, em Brasília, demandando providências urgentes para que a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos seja finalmente adotada.

Fato é que o “Novo Marco Legal do Saneamento” foi recebido com grande expectativa por todo o setor e, em que pese provavelmente não tenha o condão de solucionar todos os problemas, possivelmente terá potencial para ampliar a estabilidade regulatória e a segurança jurídica, indispensáveis ao avanço que há muito tempo se faz necessário.

Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, integrante do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora do livro “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e co-autora do livro “Vinte Anos de Constituição” e “O Marco Regulatório do Terceiro Setor” (isabela@conam.com.br).



O Legislativo, o Judiciário e o Executivo

Eu estava me preparando para fazer o artigo para a nossa Revista, pensando em tentar mandar uma mensagem positiva aos leitores, nesse momento com tantas dificuldades e tantos temas vindo à mente que me perdi em qual focar. Mas como os que me cercam conhecem minha posição e história de municipalista, sempre me fazem perguntas sobre as gestões públicas. E numa reunião de Rotary onde discutíamos as ações de sempre do nosso Clube, mas principalmente na pandemia, defini o tema. Isso porque ao prestarmos contas do Projeto Prato do BEM que executamos por meses distribuindo marmitas aos moradores de rua no Barra Funda - área de maior concentração das nossas atividades-, um companheiro disse ao decorrer sobre as dificuldades dos mesmos : “ Por que os muitos prédios fechados e desocupados da cidade não são cedidos a esses moradores de rua ? Embora tenhamos entendido sua boa intenção respondi que essa cessão depende-

ria dos três poderes constituídos do país e diante do seu olhar, tentei rapidamente falar porque. Se for um prédio do poder público ou particular, ambos necessitam da legislação que rege o assunto, em especial a Lei Orgânica dos Municípios que é a Constituição Municipal. Estou falando então do Poder Legislativo.

Caso seja particular e desocupado por muito tempo, muitos estão dependendo de sentenças da Justiça (definição de herança, de impostos atrasados, de disputa e muitos outros problemas que dependem desse Poder. Estou falando então do Poder Judiciário.

Por último, após o cumprimento da Lei e a decisão da Justiça, quando for o caso, é que o prefeito, o Governador ou o Presidente da República passam a ter a responsabilidade da ação. Estou falando então do Poder Executivo.

Obviamente por estarem mais próximos do prefeito e dos vereadores do que dos representantes das

outras esferas, os cidadãos têm nesses representantes a oportunidade de cobrarem seus direitos, nem sempre atentando para fatores que interferem na decisão dos gestores.

Felizmente o brasileiro, com sua índole de gente do bem, tem contribuído pela harmonia desses três Poderes e mesmo no desequilíbrio social e econômico pelo que passa nosso país, é capaz de manter, IRMANADO, mesmo com diferentes realidades, nosso território de 8 milhões e quinhentos mil metros quadrados.

Esse é o nosso sistema, as vezes não muito fácil de ser entendido mas é o que felizmente temos, pois é DEMOCRACIA. E estamos aprendendo sim a viver nele.

Dalva Christofoletti Paes da Silva é do departamento de Relações Públicas da Associação Paulista de Municípios e Presidente do CEAME- Centro de Estudos e Apoio aos Municípios e Empresas e Fundadora e Coordenadora do Movimento de Mulheres Municipalistas da Confederação Nacional de Municípios.



Por
**Marilene
Mariottoni**

Municípios e CRECI

Em reunião on-line, em 14 de agosto, 10 prefeitos assinaram convênio com o CRECI-SP (Presidente Augusto Viana), para avaliação de seus imóveis, graciosamente, por Comissão de Avaliadores nomeada pelo Conselho dos Corretores de Imóveis.

Liderança

O Grupo Gestão RH fez a live Mulheres de Liderança, em 27 de agosto, com Danielle Bibas (VP Avon), Priscila Siqueira (CEO Gympass), Sônia Bueno (CEO Latam Kantar) e Amanda Lee (Diretora Jurídica da ADP), com moderação eficiente de Renato Fiochi.

Sônia Mascaro

Pelo Conselho Estadual da Condição Feminina (Presidente Mariazinha Hellmeister), Dra. Cida Prado em live “Mulher – Crise do Desemprego”, com a Desembargadora Sônia Mascaro.

Prêmio

Muito concorrida a ENCOAD 2020, do Conselho Regional de Administração (Presidente Roberto de Carvalho) que culminou com a entrega do Prêmio Administrador do Ano a David Feffer (Suzano).

Prêmio Smart

Miriam Garrido organizou brilhantemente o Smart Customer 2020, com importantes palestras e a entrega do Prêmio ocorrerá em 17 de setembro.

Mulheres da Verdade

Em 28 de agosto, o Movimento Mulheres da Verdade (Presidente Sileni Rolla) realizou o 2º Encontro Virtual “Violência Doméstica - Causas, Consequências e o Perfil do agressor” com Mulheres que debateram com o palestrante Dr. Luciano Santoro.

Congresso

No I Congresso on-line do IJB, em 28 e 29 de agosto, o tema foi “Lei Maria da Penha 14 anos depois: o que mudou? Palestrantes: presidente da Avesp, vereadora Adriana Ramalho, Dra Eliana Calmon, delegada Rose, doutoras Cláudia Luna, Ilana Trombka, Celeste Leite, Ingrid Zanella, Thais Perico e Patrícia Habkoul, com coordenação da Dra. Adriana D’Urso.

CNM-IPZ

O curso “Ética: o Desafio da Atualidade” promovido pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e pelo Instituto Paulo Ziulkoski, com apoio da APM, teve maior número de mulheres entre os participantes.

Corrupção

Eliane Cantanhêde mediu o V Seminário Caminhos contra a Corrupção, com a desembargadora Ângela Calmon, o Dr. Roberto Levianu (Presidente do Instituto Não Aceito Corrupção), Dr. Sérgio Moro e os Senadores Álvaro Dias e Raulo Rodrigues, em 7 de setembro.

7 Mulheres na Ciência

Daniela Truzzi (USP), Vivian Costa (UFMG), Luciana Tovo (UFPEL-RS), Andrea Melo (INCARJ), Fernanda Farnese (IF Goiano), Rita de Cássia (UFPR) e Maria Amélia Salazar (UFF) foram as sete vencedoras do Programa para Mulheres na Ciência 2020, promovido pela L’Oreal, Unesco e Academia Brasileira de Ciências.

Oficina Municipal

A participação das mulheres nos cursos da Oficina Municipal (presidente José Mário Brasiliense Carneiro) tem sido relevante, como em “Princípios da Ação Social e Política” e “Política Municipal e Regional”.

Luíza na PUC-RS

A profa. Luíza Trajano (Grupo Mulheres do Brasil) e o prof. Leandro Karnal ministraram o curso Competências Profissionais, Emocionais e Tecnológicas, pela PUC Rio Grande do Sul, no final de agosto, com apoio do prof. Wilson Marchionatti.

Congresso em Foco

O Prêmio Congresso em Foco 2020 teve, entre os ganhadores, as senadoras Eliziane Gama (melhor senadora segundo o Juri especializado), Simone Tebet, e Soraya Thronike. E entre as deputadas Federais, Luísa Canziani (pelo Juri, a melhor deputada na categoria Educação), Luíza Erundina, Sâmia Bomfim, Tábata Amaral, Joenia Wapichana, Carmen Zanotto, Talíria Petrone, Benedita da Silva, Áurea Carolina, Perpétua Almeida e Gernanda Melchionna.

Presidente Epitácio

A prefeita Cássia Zaffani Furlan e equipe organizaram uma live solidária para a comemoração do “Dia de São Pedro”, padroeiro do município cuja população pôde fazer doações de alimentos às entidades locais, entre elas o Espaço Criança e o Abrigo Recanto do Vovô.

Luíza Eluf

Receberá a Medalha Anchieta e o Diploma de Gratidão de São Paulo, em 5 de outubro, da Câmara Municipal, pelo seu vasto e importante trabalho.

Marilene Mariottoni é 4ª Vice Presidente da APM e as notícias para esta coluna deverão ser enviadas para marilenemariottoni@uol.com.br

Municípios aniversariantes

Julho

Dia 01 – Assis

Dia 03 - Águas da Prata - 85 anos



Em 1876, Rufino Luiz de Castro Gavião observou um veio d'água, às beiras do Ribeirão da Prata, que era muito procurado pelos animais. Intrigado com o fato, Rufino provou as águas e viu que se tratava de água mineral. Em 1876 foi instalada a primeira engarrafadora de água. Em 1926 recebeu a denominação de estância hidromineral, obtendo sua emancipação político administrativa em 1935. A origem do nome vem de uma corruptela do tupi-guarani “Pay tâ” que ao ser pronunciada pelos portugueses tornou-se “Prata” que quer dizer em tupi-guarani “água dependurada”. A população atual é de 8,3 mil habitantes.

Dia 04 - Ibitinga

Dia 04 - Tanabi

Dia 05 - Fernando Prestes

Dia 10 - Bananal

Dia 10 - Capivari

Dia 10 – Pindamonhangaba

Dia 10 - Santa Isabel

Dia 14 – Campinas

Dia 10 - Rio das Pedras - 126 anos



No século XIX, à beira do riacho Tijuco Preto, os tropeiros que demandavam ao interior de São Paulo, faziam pousada na casa de uma família de lavradores ali instalada, cujo chefe chamava-se Pedro, passando o local a se chamar Pouso do Rio das Pedras. À medida que o município foi se desenvolvendo, baseado na cafeicultura foram-se criando diversos melhoramentos. Com o advento da plantação de cana-de-açúcar, transformando radicalmente as atividades agrícolas do município, em 1952, ali se estabeleceram usinas maiores, produtoras de álcool e açúcar. A população atual é de 35,8 mil habitantes.

Dia 11 - Andradina- 83 anos



A fundação de Andradina foi idealizada em 1932 pelo fazendeiro Antônio Joaquim de Moura Andrade, maior criador de gado do Brasil. Devidamente planejada, o povoado surgiu em 11 de julho de 1937, em terras da Fazenda Guanabara de propriedade de Moura Andrade, que loteou em pequenos sítios, parte da fazenda, para os pioneiros recém-chegados. Quase todos os comércios da nova povoação pertenciam a ele no início,



inclusive um banco. Atraiu, muitos comerciantes para a nova povoação vendendo a preços baixos, os lotes urbanos. A população atual é de 57,2 mil habitantes.



Dia 16 - Jaboticabal - 192 anos

Onde hoje se localiza Jaboticabal até o século XIX, era ocupado pelos índios caingangues. A partir desse século, essa região começou a ser ocupada por fazendas de café. Na primeira metade desse século, foi fundado um núcleo urbano às margens da nascente do córrego Jaboticabal. Em 1867, foi elevado a condição de vila, emancipando-se de Araraquara. Na primeira metade do século XX, intensificou-se a chegada de imigrantes, em especial de italianos, portugueses, espanhóis e japoneses. A população atual é de 77,7 mil habitantes.



Dia 19 - Turiúba - 61 anos

O povoamento da região remonta aos anos de 1886, quando o Capitão Vicente Gonçalves dos Santos, juntamente com família e amigos, proveniente de Minas Gerais, estabeleceu-se na região compreendida entre os rios Ponte Nova e Mato Grosso, afluentes do rio Tietê. Turiúba, no tupi turiuva, significa planta que produz cachos com bolotas douradas. O topônimo refere-se às abundantes palmeiras existentes na região, como as que deram nome aos vizinhos Municípios de Macaúbal e Buritama e que produzem frutos amarelos. A população atual é de 2 mil habitantes.

Dia 21 - Boa Esperança do Sul

Dia 24 - Itatinga



Dia 25 - Águas de São Pedro - 80 anos

Águas de São Pedro não teve a formação da maioria das cidades brasileiras, por meio da espontânea fixação do elemento colonizador e do desenvolvimento social e econômico da comunidade. Resultou a criação do município, ao contrário, da conveniência de ser instalada uma estância hidromineral, com administração autônoma e condições ideais para uma estação de tratamento e repouso. A constatação de águas medicinais na região data da década de 1920. A estância de Águas de São Pedro foi fundada a 25 de julho de 1940. A população atual é de 3,5 mil habitantes.

Dia 26 - Areias

Dia 26 - Sumaré

Dia 27 - Agudos

Dia 27 - Jardinópolis

Dia 27 - Pitangueiras

Dia 27 - São José dos Campos

Dia 28 - Cristais Paulista

Dia 28 - São Caetano do Sul

Dia 29 - Porto Ferreira

Agosto

Dia 01 - Piracicaba



Dia 01 - Bauru - 124 anos

Embora emancipada em 1896, a história da fundação de Bauru data de quarenta anos antes, com a chegada dos primeiros desbravadores, Felicíssimo Antônio de

Souza Pereira e Antônio Teixeira do Espírito Santo. Mas que marcou o desenvolvimento de Bauru, entretanto, foi a construção da Estrada de Ferro Sorocabana, na primeira década de 1900. Esses trilhos ligaram a cidade de Bauru à capital, o que possibilitou também acesso a muitas outras cidades e a transformou em um dos mais importantes entroncamentos ferroviários da América do Sul. A população atual é de 379 mil habitantes.



No início do Século XIX deu-se a formação da área para início do pequeno povoado às margens da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, na Estação de Cascavel, constituindo-se no ponto de partida do Ramal de Poços de Caldas. Nesse mesmo ano, aqui chegou o Major Braga, considerado o fundador de Cascavel pela reconhecida liderança e empenho no desenvolvimento da região. Em 1944, Cascavel, conquista sua emancipação sendo elevado à Município com a nova denominação de Aguaí, "Aguahy" na língua indígena é sinônimo de cascavel. A população é de 36,7 mil habitantes.



No ano de 1922, existia latifúndios que conservavam praticamente intactas a extensa mata tropical, onde apenas existiam estreitos picadões de uma propriedade a outra. Naquela área, nas cabeceiras do Ribeirão dos Índios, surge no ano de 1925, um pequeno povoado de mesmo nome, devido ao principal rio que o banha, o nome nos faz lembrar de aborígenes, porém não condiz com a realidade, tendo em vista que não encontrou-se

até hoje algum objeto que comprovasse sua existência. Em 1995 Ribeirão dos Índios passou a ser município. A população atual é de 2,3 mil habitantes.

Dia 06 - Anhumas

Dia 06 - Floreal

Dia 06 - Mesópolis

Dia 06 - Monte Alegre do Sul

Dia 06 - Pedranópolis

Dia 06 - Pirapora do Bom Jesus

Dia 06 - Pirassununga

Dia 06 - Turmalina

Dia 08 - Votuporanga

Dia 09 - Elisiário



No dia 08 de Agosto de 1934, foi criado o povoado de Vila Couto, primitivo nome de Alvinlândia. Seus fundadores foram: Dr. José Bonifácio do Couto, João Manzano e Horácio Couto. Em 1948, Vila Couto foi elevado a Distrito de Paz, pertencente ao município de Garça, com terras desmembradas do Distrito de Lupércio, recebendo o nome de Alvinlândia, em homenagem ao Major Juvenal Alvim, pai do deputado Joviano Alvim, que se empenhou, junto com seus colegas Cunha Bueno e Castro Carvalho, pela emancipação do município. A população atual é de 3,2 mil habitantes.



O povoamento de Socorro está intimamente ligado ao segundo ciclo de estradas e bandeirantes e por habi-



tantes de Atibaia e regiões vizinhas que ali se fixaram no início do século XIX. Habitantes da região edificaram uma capela, sob a proteção de Nossa Senhora do Socorro, ao lado da qual começavam a construir as primeiras casas. A localidade foi elevada à Município em 1871, simplificando o seu nome para Socorro. Recentemente, Socorro passou a ser considerada como Estância Turística. A população atual é de 41,3 mil habitantes.

Dia 10 - Castilho - 67 anos



Em 1934, Arnel de Miranda veio para esta região, conseguindo, através da família Ferreira Brito, a doação de um terreno para formar o patrimônio. Em 1937, os trilhos já tinham sido implantados. Em 1944, a povoação passou a denominar-se Castilho. A grande fase de desenvolvimento da comunidade iniciou-se somente por volta de 1965 com os serviços de terraplanagem e construção da Usina de Jupia. O represamento evitou as constantes inundações das terras cultivadas, aliando ainda, a irrigação destas, propiciando altas produções agrícolas. A população atual é de 21,3 mil habitantes.

Dia 11 - Pereira Barreto - 92 anos



O povoamento da região iniciou-se com a instalação da colônia militar de Itapura. Em 1909 criou-se o Distrito de Paz de Itapura. A colonizadora loteou a grande gleba em propriedades de 10 alqueires de terra cada uma, vendendo-as aos imigrantes japoneses que iniciaram a derrubada das matas e a utilização do solo fértil para a agricultura. Em 1934 a Sede do Distrito passou para Novo Oriente. Em novembro de 1938 o Distrito de Novo Oriente foi elevado a município, com o nome de Pereira Barreto. A população atual é de 25,7 mil habitantes.

Dia 11 - Tatuí

Dia 12 - Cananéia - 489 anos



A Vila de Cananéia foi criada em 1601, em terras doadas pelo capitão Diogo de Medina. Surgiu nessa época, a pequena povoação que tomou o nome de São João Batista de Cananéia. Até meados do século XVIII, os Cananeenses limitaram-se a pescar e plantar para sua subsistência, cultivando arroz, cana-de-açúcar e mandioca. No início do século XIX, incentivou-se à fabricação da chamada farinha de guerra, que servia como alimento às tropas do Sul. A pesca também passou a ser atividade econômica básica e a maior fonte de riqueza para seus habitantes. A população atual é de 12,6 mil habitantes.

Dia 13 - Natividade da Serra

Dia 14 - Apiaí

Dia 15 - Jaú

Dia 15 - Paraíso

Dia 15 - Pedregulho

Dia 15 - Pontalinda

Dia 15 - Sorocaba

Dia 16 - Santa Gertrudes

Dia 16 - São Bento do Sapucaí

Dia 16 - São Roque

Dia 16 - Taquaritinga

Dia 16 - Taquarituba

Dia 18 - Cajuru

Dia 18 - Guarani D'oeste

Dia 20 - Rincão

Dia 20 - São Bernardo do Campo

Dia 20 - Tambaú

Dia 22 - Brodowski

Dia 22 - Inúbia Paulista

Dia 22 - Taquaral

Dia 24 - Buritama

Dia 24 - Rubiácea

Dia 25 - Redenção da Serra

Dia 27 - Itobi



Dia 22 - Araraquara - 203 anos

No século XVIII, um astrônomo português, em viagem de exploração pelo rio Tietê, se deparou com uma grande cordilheira, cujos reflexos da luz do sol lhe fizeram enxergar uma grande cidade, que ainda não existia. Em 1811 ocorreu o processo de povoamento e distribuição de terras. Nessa época, a população local se dedicava à criação de gado e à lavoura de subsistência. Aos poucos transformaram-se em campos agrícolas, cujas principais culturas seriam de início a cana-de-açúcar, em seguida o café e, mais recentemente, a laranja e de novo a cana. A população atual é de 238,4 mil habitantes.



Dia 25 - Barretos - 135 anos

Em 1831, Francisco Barreto e Simão Marques, chegaram à região, apossando-se de grandes extensões de terras, onde organizaram suas fazendas. Em 1847 foi

elevada à Freguesia, e à Município, em 1885. Em 1906, mudou o nome de Espírito Santo de Barretos para Barretos. Em 1909 foi inaugurada a estrada de ferro. O personagem "boiadeiro" sempre teve um papel importante no transporte de gado de uma região para outra, assim como na entrega de "bois gordos" aos frigoríficos da região e Festa do Peão de Boiadeiro. A população hoje é de 122,9 mil habitantes.



Dia 27 - Matão - 122 anos

A partir do ano de 1890, inúmeras pessoas vindas de outras zonas e municípios vizinhos adquiriram terras na região, onde mais tarde se ergueria o Arraial do Senhor Bom Jesus das Palmeiras e futuramente a cidade de Matão, nome esse que teve origem devido a existência de matas muito densas e de alto porte. Em 1892, em vista da salubridade do local e objetivando dar mais conforto aos seus moradores, nasceu a ideia da fundação de uma vila. Em 27 de agosto de 1898, criava-se o município. A população atual é de 83,7 mil habitantes.

Dia 28 - Itararé

Dia 28 - Tupi Paulista

Dia 29 - Leme

Dia 29 - Mineiros do Tietê

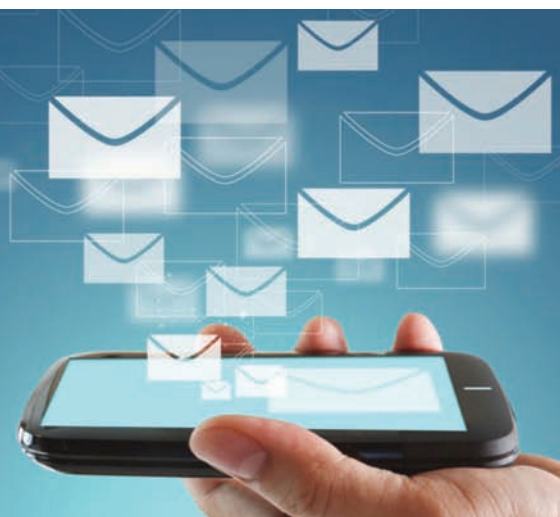
Dia 30 - Itai



SMS APM

mais um serviço aos municípios paulistas

Previsão atualizada do ICMS toda segunda-feira
 Datas dos próximos cursos promovidos pela APM
 Confirmação de inscrições e vagas de cursos
 Repasses do Governo aos municípios





A enseada misteriosa

Antes de mais nada é preciso dizer que o litoral atlântico da Amazônia é diferente de todos os outros que se prolongam do Pará até o Rio Grande do Sul. Pois é muito forte a influência das águas que o rio Amazonas joga no mar. Depois, a densa floresta úmida chega a se debruçar sobre trechos das praias. O que, pelo menos para mim, solidifica o aconchego do cenário. Do convés do barco no qual navegava naquele ano avisto, longe, a dobra em que se esconde Paquara. É uma vila com duas ruas paralelas à areia, mais duas transversais. Ali pairam mistérios.

No começo da noite entrei numa tosca birosca na Praia dos Pescadores. É lá que os homens do mar se reúnem para bebericar. No que sentei para tomar minha cerveja mal gelada um sujeito me conta que viu, na véspera, a caminho de sua barraca, uma lagartixa se transformar em morcego e sair voando. Isso só aumentou a certeza de que estava num lugar muito, muito especial. Não temeria em afirmar, por exemplo, que os ventos que gemem nas noites certamente chegam enriquecidos por outros uivos. Na ponta direita da praia há pedras, algumas altas, com esquisitos arbustos que emer-

gem no meio delas.

Mas o que vale é contar a história do ornitólogo francês Antoine Padu. No começo deste século, o especialista fez parte de um grupo de pesquisadores que desenvolveu trabalho na Amazônia junto com o pessoal do Museu Emilio Goeldi, de Belém. Chegaram a Paquara porque, nos manguezais locais, há pássaros ainda à espera de classificação. E, nos intervalos das tarefas de campo o bom Padu e colegas ancoravam no bar da Praia dos Pescadores. De tanto ouvir histórias, uma noite, após algumas caipirinhas, o europeu resolveu investigar. Fez isso saindo no rumo das pedras com as árvores de galhos tortos a brotar das fendas. De repente, avistou uma palhoça e, na porta dela, sentado, um velho. A quem levantou a mão.

— O senhor acha que vai chover? — Perguntou.

— Com esse pedacinho de lua é possível — ele respondeu, apontando pro alto.

A tentativa de diálogo foi indo até que o francês resolveu perguntar sobre os mistérios que diziam ser comuns na localidade. Nesse momento o velho se ajeita no banquinho. Murmura:

— A única história que sei é a

do padre Ítalo.

— E o que tem o padre Ítalo?

Contou então que numa noite muito escura, chuvosa, o sacerdote apareceu na casa. Começou logo a falar sobre as obras da igreja.

— De repente — o idoso ergue as mãos — o padre Ítalo calou e foi embora sem proteção nenhuma sob um temporal de chuvas, trovões e raios, muitos raios.

O ancião subitamente se cala. O francês, ansioso por um desfecho de suspense, murmura:

— Já sei. O padre Ítalo que esteve aqui na verdade tinha morrido e o senhor não sabia...

— Absolutamente — o outro levanta — sabia sim, porque eu também morri, faz aí uns dias...

Com insuspeitada agilidade, levantou e sumiu na escuridão ao lado da casa. Pragmático, Padu convenceu-se que estivera com um brincalhão e voltou para o bar de onde saíra. Quando perguntaram onde estivera, contou que fora à cabana das pedras conversar com o dono.

— Ah, duvido — um pescador respondeu — já faz um bom par de dias que ele morreu...

Antoine pediu um copo e encheu. De manhã, ao acordar numa das tendas onde os pesquisadores dormiam, arrumou suas coisas. Não houve quem o convencesse a ficar. O que foi, certamente, um erro, uma vez que fora, de fato, vítima de um velho nativo gozador. Pois o homem que com ele falara era apenas irmão do morto real e morava numa vila do outro lado da enseada; ele fora, sem que ninguém soubesse, buscar os bregueços deixados pelo falecido...



REALIZAÇÃO



64

º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

DE 19 A 22 DE MAIO DE 2020

Campos do Jordão Convention Center / SP

“ QUEBRA DE PARADIGMAS ”

NA GESTÃO PÚBLICA, de um lado está o convencional, o pensamento linear, e do outro, o espírito criativo, a inovação, a mudança de comportamento.

SUSPENSO

Prefeito/a.
Faça de sua cidade um destino
conhecido e reconhecido.



O Prêmio TOP DESTINOS TURÍSTICOS é o maior reconhecimento às cidades que investem e acreditam no turismo como um potencial gerador de riqueza e autoestima da população. A premiação elegerá, em até 16 categorias, os melhores destinos do Estado de São Paulo com cerimônia de entrega em janeiro/2021.

**INSCREVA SUA
CIDADE A PARTIR DE
1º DE OUTUBRO DE 2020
E FAÇA PARTE DA
MAIOR PREMIAÇÃO DOS
DESTINOS TURÍSTICOS.**

Acesse: www.topdestinosturisticos.com.br/inscricao2020

REALIZAÇÃO



ENTIDADES PARCEIRAS

